



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

FRANCISCO PENSAMENTO MUASSOONGUI

**PAPEL DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA GESTÃO
PARTICIPATIVA: Uma Perspectiva nas Escolas Secundárias no Moxico-
Angola**

Marília

2026

FRANCISCO PENSAMENTO MUASSOONGUI

**PAPEL DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA GESTÃO
PARTICIPATIVA: Uma Perspectiva nas Escolas Secundárias no Moxico-Angola**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educativas, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalhos e Movimentos Sociais.

Autor: Francisco Pensamento Muassoongui

Orientador: Prof. Doutor Henrique Tahan Novaes

Marília

2026

M941p Muassoongui, Francisco Pensamento
Papel de pais e encarregados de educação na gestão participativa :
uma perspectiva nas escolas secundárias no Moxico-Angola /
Francisco Pensamento Muassoongui. -- Marília, 2026
96 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Henrique Tahan Novaes

1. Gestão participativa. 2. Pais e encarregados. 3. Moxico-Angola.
I. Título.

FRANCISCO PENSAMENTO MUASSOONGUI

**PAPEL DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA GESTÃO
PARTICIPATIVA: Uma Perspectiva nas Escolas Secundárias no Moxico-
Angola**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Faculdade de Filosofia e Ciência da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas educativas, gestão de sistemas e organizações, trabalhos e movimentos sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Doutor. Henrique Tahan Novaes. UNESP-Campus de Marília-FFC- SP

Membro Titular: Prof. Doutor Júlio César Torres. UNESP- Campus de Marília- FFC-SP

Membro Titular: Prof. Doutor Lucas Barbosa Pelissari – Unicamp-SP

Membro Suplente: Prof^a Dr^a Neusa Maria Dal Ri. UNESP- Campus de Marília- FFC- SP

Marília

2026

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais,

Cujo os nomes ainda ecoam na casa quieta da minha lembrança.

*Esta dissertação nasce também da dor de seguir sem vocês, mas guiado pela
calentura que permanece.*

Que estas páginas guardem um pouco do que perdi e tudo o que ainda me sustenta.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a minha família que está ao meu lado em todos os momentos de minha vida. Em especial, aos meus progenitores, Jonasse Adolfo Muassangui e Maria Vihemba ambos em memória por todos os ensinamentos e coragem que sempre presentearam para a realização da minha trajetória acadêmica, e também aos meus irmãos, aos grandes homens que fizeram o meu sonho tornar realidade, Dr. Valeriano Chimo Cassauié e a Directora Judite Muhota Biete por todo incentivo e apoio a cada etapa percorrida o meu muito obrigado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes, pela insistência, resignação e pela inclinação com que me acarretou durante a edificação deste trabalho, e pelos períodos de aprendizagem compartilhados, serei para sempre grato.

A todos membros da Banca de Qualificação e Defesa, Prof. Doutor Júlio César Torres e Prof. Doutor Lucas Barbosa Pelissari, pela atenção, disponibilidade e capacidade nas contribuições para este trabalho.

Aos professores do Mestrado em Educação do Minter Unesp no, ISP-Caála e também por todas as excelentes contribuições no decorrer das disciplinas ministradas. Em particular, Profa. Dra. Cláudia da Mota Darós Parente, pelos ensinamentos acadêmicos e também para a vida.

Aos colegas de Turma do Mestrado no ISP-CAÁLA, pelos momentos compartilhados no decorrer do curso, destaco a amizade da Arminda Donana Mende Finde, Maria Evaristo Satoca e Alberto Nguendelamba, tivemos momentos de tensão e descontração, mas concluímos essa etapa.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas na **Linha de Pesquisa:** Políticas educativas, gestão de sistemas e organizações, trabalhos e movimentos sociais, pelos aprendizados coletivos.

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que esta etapa fosse finalizada.

OBRIGADO!

*“Filho do rico é reconhecido pelo nome do seu pai e
o do pobre é reconhecido pelas suas obras”*

Francisco Pensamento Muassoongui.

RESUMO

A gestão participativa escolar é um modelo de administração que promove a colaboração entre todos os intervenientes da comunidade educativa, incluindo gestores, professores, alunos, pais e encarregados de educação. Os pais e encarregados de educação desempenham um papel fundamental no fortalecimento da qualidade do ensino e no desenvolvimento integral dos estudantes. Partindo desse pressuposto o objetivo geral deste estudo foi de compreender o papel dos pais e encarregados de educação na gestão escolar participativa nas escolas secundárias na província do Moxico. De forma específica objetivou-se é identificar as formas de participação dos pais e encarregados de educação na gestão escolar participativa nas escolas secundárias públicas do Moxico-Angola e analisar a importância da colaboração entre a família, escola no processo educativo. Trata-se de um estudo de natureza quantitativa-qualitativa mas com uma característica descritiva. A coleta de dados foi realizada por intermédio de entrevistas, tendo participados 14 intervenientes que atuam nas escolas secundárias públicas da província do Moxico-Angola, sendo: gestores, professores, pais e encarregados de educação assim como os próprios alunos no ano letivo de 2023/24 e 2024/25, esses foram fundamentais na obtenção de todos os dados tendo questões semiestruturadas baseou-se nos princípios de Laurence Bardin (2009). Para análise dos dados obtidos foram feitos por análises de conteúdo, seguindo etapas de organização, codificação, categorização e interpretação das informações. As respostas dos participantes foram agrupadas em categorias temáticas de acordo com objetivos da pesquisa, permitindo identificar padrões, semelhanças, divergências e significados presentes nos discursos dos entrevistados, Os resultados revelaram que muitos pais e encarregados de educação desconhecem o seu papel fundamental na gestão escolar participativa e falta de meios financeiros, fator cultural e linguística assim como carga horaria pesada aos gestores e professores, estão na base de fraca participação na gestão escolar. Conclui-se que A gestão escolar participativa precisa ser entendida como uma gestão exercida a várias mãos por se tratar de um espaço humanizado e social, necessitando da parceria, ação e participação de todos é nesse sentido que os pais e encarregados de educação assume o seu papel na gestão escolar. Por outro lado, as análises realizadas neste estudo evidenciam a contribuição dos projetos de intervenção para a reflexão em torno da gestão participativa, toda essa reflexão está voltada em forma de administração e gestão das instituições angolana o poder executivo é centralizado e hierarquizado.

Palavras-chave: Gestão participativa; Pais e encarregados; Moxico-Angola.

ABSTRACT

Participatory school management is an administrative model that promotes collaboration among all stakeholders in the educational community, including administrators, teachers, students, parents, and guardians. Parents and guardians play a fundamental role in strengthening the quality of education and the integral development of students. Based on this premise, the general objective of this study was to understand the role of parents and guardians in participatory school management in secondary schools in the province of Moxico. Specifically, the objective was to identify the forms of participation of parents and guardians in participatory school management in public secondary schools in Moxico, Angola, and to analyze the importance of collaboration between family and school in the educational process. This is a quantitative-qualitative study with a descriptive characteristic. Data collection was carried out through interviews, with the participation of 14 stakeholders working in public secondary schools in the province of Moxico-Angola, including: managers, teachers, parents and guardians, as well as the students themselves, during the school years 2023/24 and 2024/25. These individuals were fundamental in obtaining all the data, and semi-structured questions were used, based on the principles of Laurence Bardin (2009). For the analysis of the data obtained, content analysis was carried out, following the steps of organization, coding, categorization, and interpretation of the information. The participants' responses were grouped into thematic categories according to the research objectives, allowing the identification of patterns, similarities, divergences, and meanings present in the interviewees' discourses. The results revealed that many parents and guardians are unaware of their fundamental role in participatory school management, and a lack of financial resources, cultural and linguistic factors, as well as heavy workloads for managers and teachers, are at the root of weak participation in school management. It is concluded that. Participatory school management needs to be understood as a management exercised by many hands, as it is a humanized and social space, requiring the partnership, action, and participation of all. It is in this sense that parents and guardians assume their role in school management. On the other hand, the analyses carried out in this study highlight the contribution of intervention projects to reflection on participatory management. All this reflection is focused on the form of administration and management of Angolan institutions, where the executive power is centralized and hierarchical.

Keywords: Participatory management; Parents and guardians; Moxico-Angola.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Estrutura do sistema educativo angolano (1977-2001)

Quadro 2- Dados de escolarização nos primeiros cinco anos de Independência

Quadro 3- Estrutura do ensino na primeira reforma educativo em Angola (1978)

Quadro 4- Alunos matriculados por escola na antiga vila luso nos anos (1968-1975)

Quadro 5- Alunos matriculados nos anos (1980-1990)

Quadro 6 - Comparação da gestão escolar antes e pós independência

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Os Subsistemas que fazem o sistema de Ensino

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Escolas por nível na antiga vila luso nos anos (1968-1975)

Gráfico 2 – Número de escolas (1990-2000)

Gráfico 3 – Número De Escolas (2000-2012)

Gráfico 4 – Escolas por nível na Província do Moxico até mês de Novembro do ano (2024)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPP= Projeto Político Pedagógico

MPLA= Movimento Popular de Libertação de Angola

UNITA= União Nacional para Independência Total de Angola

FNLA= Frente Nacional para a Libertação de Angola

GPE= Gabinete Provincial de Educação

PUNIV= Pré-Universitário

IMS= Instituto Médio de Saúde

Mx= Moxico

PNAET= Plano Nacional de Ação para a Educação de Todos

LBSEE= Lei de Base e Sistemas de Ensino e Educação

MED= Ministério de Educação

PEE= Projeto Educativo da Escola

ZIP=Zona de Influência Pedagógica

INE= Instituto Nacional de Estatística

ONGs= Organizações Não Governamentais

ISP= Instituto Superior Politécnico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Aspectos metodológicos	18
CAPITULO I	20
EDUCAÇÃO EM ANGOLA ANTES INDEPENDENCIA ATÉ 1975	20
O período que antecedeu a independência	23
Democratização de escola na integração dos atores.....	33
CAPITULO II	35
SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO EM ANGOLA	35
CAPITULO III	42
EDUCAÇÃO NA PROVINCIA DO MOXICO DESDE CATEGORIA DA VILA- LUSO ATÉ AO ANO DE 2024	42
Gestão participativa nas escolas públicas secundárias	45
Fatores culturais que influenciam a gestão participativa nas escolas secundárias no moxico	49
Dificuldades de transporte e deslocação segundo os encarregados	54
Um caminho para o desenvolvimento educacional	56
Representante de estudantes o seu parecer	57
Benefícios da gestão participativa.....	58
CAPITULO IV.....	62
PAPEL DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA GESTÃO PARTICIPATIVA: Uma perspectiva nas escolas secundárias no Moxico-Angola	62
Composição da comissão de pais e encarregados de educação.....	69
tipologias para análise da participação	73
CONCLUSÕES	80
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICE	88

INTRODUÇÃO

O papel dos pais e encarregados de educação na gestão participativa nas escolas secundárias, no contexto angolano, apresenta elevada relevância científica, social, educacional e política, uma vez que se insere no debate contemporâneo sobre a democratização da escola pública e a melhoria da qualidade do ensino. Trata-se de um tema que dialoga diretamente com os desafios estruturais do sistema educativo angolano em particular na província do Moxico e com a necessidade de fortalecimento da relação entre escola, família e comunidade.

Em Angola, a educação é reconhecida como um direito fundamental e um dever partilhado entre o estado, a família e a sociedade. A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE), estabelece princípios que defendem a participação da comunidade educativa na organização e gestão das instituições escolares. Contudo, apesar desse enquadramento legal, observa-se que a participação dos pais e encarregados de educação na gestão escolar ainda ocorre de forma limitada e, muitas vezes, sem impacto real nos processos decisórios. Nesse sentido, Canepa (2020), afirma que: “a presença dos pais e encarregados de educação na escola ocorre, em muitos casos, sem influência efetiva nas decisões institucionais” (Canepa, 2020, p. 87). Vitor Paro, afirma o seguinte: não há gestão democrática sem a participação efetiva daqueles que constituem a comunidade escolar, sendo os pais e encarregados de educação sujeitos fundamentais nesse processo, (Paro, 2016, p. 29). No contexto angolano, a frágil cultura de participação dos pais na gestão escolar está associada a fatores históricos, sociais, culturais e institucionais, como a centralização administrativa do sistema educativo e a ausência de mecanismos eficazes de envolvimento comunitário. Segundo Tchissende e Ventura (2018, p. 64), afirmam: a gestão escolar em Angola carece de mecanismos que promovam uma participação consciente, contínua e organizada da comunidade educativa, o que evidencia a necessidade de estudos que aprofundem essa problemática.

A relevância do tema reside ao abordar a relação entre a escola, família e a comunidade, elementos do ensino e da aprendizagem, tendo em contas os seguintes aspetos: fortalecimento da gestão democrática da escola, melhoria do desempenho académico dos alunos, promoção da parceria escola-família, contribuição para tomadas de decisões, possibilidades de identificar desafios e soluções em conjunto. Lima e Oliveira (2014, p. 112) destacam que o envolvimento

dos pais favorece o acompanhamento do processo educativo e contribui para o sucesso escolar dos alunos.

A escola assume um papel central na organização social das comunidades, funcionando não apenas como espaço de ensino, mas também como local de socialização, orientação e construção de valores. Nesse contexto, a gestão participativa escolar representa uma estratégia essencial para aproximar a escola da comunidade e promover a responsabilização dos pais no processo educativo. Cabamba (2019, p. 51) afirma que: a participação dos pais fortalece o clima escolar e contribui para a estabilidade institucional”, reforçando a importância do seu envolvimento na gestão escolar.

Do ponto de vista social, a relevância do tema está associada na promoção da cidadania e da responsabilidade social. A participação dos pais na gestão escolar possibilita o desenvolvimento de uma cultura democrática, baseada no diálogo, na cooperação e no respeito mútuo. Para o Paro (2016), “participar da gestão da escola é também um processo educativo de formação para a cidadania”, o que evidencia o caráter formativo da gestão participativa.

Do ponto de vista político-educacional, os resultados da pesquisa podem subsidiar a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais que incentivem a participação efetiva dos pais e encarregados de educação na gestão das escolas, superando práticas meramente formais. Assim, o estudo contribui para a construção de uma escola mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida com a qualidade do ensino. Dessa forma, a relevância do tema manifesta-se na sua contribuição para a melhoria da gestão escolar, para o fortalecimento da relação escola – família-comunidade e para a consolidação de um sistema educativo angolano orientado pelos princípios da participação, da democracia e do desenvolvimento humano.

Compreende-se a gestão escolar participativa como um modelo de administração escolar em que todos os atores da comunidade educativa-gestores, professores, alunos, pais e encarregados de educação participam ativamente nas decisões sobre a vida da escola, incluindo planejamento pedagógico, gestão de recursos, políticas disciplinares e atividades comunitárias. Trata-se de uma

abordagem que prioriza a corresponsabilização, o diálogo e a transparência, em oposição aos modelos centralizados e autoritários de gestão escolar. Os pais e encarregados de educação são compreendidos como os responsáveis legais ou socioafetivos pelos alunos, cuja função vai além da provisão material ou financeira, englobando também o acompanhamento pedagógico, moral e social da criança ou adolescente (Canepa, 2020).

Segundo Cabamba (2019, p. 45), “os encarregados de educação têm o dever e a responsabilidade de acompanhar a vida escolar dos filhos, participando nas decisões que afetam diretamente o processo educativo”, o que reforça a ideia de corresponsabilização na educação formal. Paro (2016, p. 28) destaca que “os pais ou responsáveis não são meros espectadores da escola, mas sujeitos ativos no processo educativo, com direitos e deveres que incluem participação na gestão escolar”. Essa visão se aproxima da abordagem angolana, pois reconhece os pais como parceiros estratégicos no desenvolvimento escolar e na gestão participativa.

Lima e Oliveira (2014) acrescentam que a atuação dos pais e encarregados de educação deve ser uma prática constante de acompanhamento e interação com a escola, pois sua participação contribui para o desempenho acadêmico, disciplina e formação cidadã dos alunos. No contexto angolano, essa participação assume particular relevância nas escolas secundárias, onde o engajamento familiar pode influenciar diretamente ao sucesso dos jovens e a implementação de práticas democráticas na gestão escolar. Portanto, pode-se conceituar pais e encarregados de educação como aqueles indivíduos legalmente responsáveis pelo estudante, que possuem direitos e deveres relativos à proteção, acompanhamento e participação na educação, atuando como parceiros estratégicos da escola na promoção do aprendizado, disciplina e cidadania. Em um modelo de gestão escolar participativa, esses atores passam de observadores a agentes ativos e corresponsáveis nas decisões e no funcionamento da instituição.

A Constituição da República de Angola (2010) e a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 17/16 e 32/20) preveem a educação como um instrumento para a democracia. Autores como Mário Graça da Costa e Joaquim Cafunda Nanga (2022), argumentam que a gestão deve ser democrática e participativa, alinhada com estes princípios e a necessidade de envolver a

comunidade (professores, pais, alunos e funcionários) na construção do projeto educativo da escola.

A legislação angolana e as discussões sobre autarquias locais apontam para a necessidade de repartir o poder decisório, garantindo às escolas alguma autonomia para responderem às suas realidades específicas. A autonomia, neste contexto, é um princípio de gestão que oportuniza a participação na tomada de decisões e no planeamento das ações. Na prática, a gestão escolar angolana ainda é predominantemente centralizada e burocrática, com decisões frequentemente tomadas a níveis superiores do Ministério da Educação ou direções provinciais, limitando a autonomia real das escolas. A figura do diretor muitas vezes concentra o poder, num modelo que se descreve como autoritário e administrativo, em vez de pedagógico.

Com esse estudo, ao pretender compreender, identificar e analisar o papel de pais e encarregados de educação na gestão escolar participativa, demonstrando como esse modelo de gestão e ensino escolar estimula a construção de um ambiente saudável na escola e motivador que favorece um melhor processo de ensino-aprendizagem escolarizado, nosso objetivo geral é:

Compreender o papel dos pais e encarregados de educação na gestão escolar nas escolas secundárias na província do Moxico.

Partido desse objetivo geral, definiu-se os seguintes objetivos específicos:

Identificar e analisar as formas de participação dos pais e encarregados de educação na gestão escolar nas escolas secundárias pública do Moxico-Angola;

Analisar a importância da colaboração entre a família e a escola no processo educativo.

Para tal trouxemos a seguinte questão: Qual importância que os pais e encarregados de educação exercem na gestão escolar participativa para o desenvolvimento da escola?

Aspectos metodológicos

A participação das comunidades educativa e escolar pode ser via privilegiada para o êxito do processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Escolhemos o estudo

como o suporte empírico do nosso trabalho, pois um estudo empírico interessa-se sobretudo pela interação de fatores e acontecimentos e como Nisbet e Watt (1980), salientam, por vezes apenas tomando em consideração um facto pode obter-se uma ideia completa dessa interação. (Bell, 1993).

Para obtenção de informações necessária sobre o tema em causa a metodologia utilizada foi do estudo empírico, em que combinamos as abordagens qualitativa e quantitativa. De modo específico, utilizaram-se diferentes técnicas tais como revisão bibliográfica dos autores que relatam sobre a temática em causa bem como decretos e regulamentos de educação angolana, entrevistas aos 14 intervenientes, sendo: 5 gestores das escolas; 6 pais e encarregados de educação assim como 3 Representantes de estudantes. A presente dissertação está composta por 4 capítulos, além da introdução. Na Introdução destaca-se o interesse pelo tema, o objetivo e aspectos metodológicos da pesquisa, estudos sobre as temáticas da gestão participativa.

No capítulo I destaca-se a temática norteadora da pesquisa, acerca da educação em Angola antes independência até 1975, uma análise histórica sobre a educação em Angola até a independência.

Para o II capítulo delinea-se a construção e o desenvolvimento da pesquisa, por meio da abordagem acerca do sistema de educação angolano, comissão dos pais e encarregados de educação e o seu funcionamento.

O capítulo III, falamos da educação na provincia do Moxico-Angola e retoma o que foi tecido no decorrer da dissertação e os resultados aos quais se abordou após a pesquisa.

O capítulo IV traz a contextualização do Papel de Pais e encarregado de educação, firmado nas matérias de autores que falam acerca dessas temáticas assinalando o controle das ocorrências do período para a gestão da educação que se tem e que se pretende. Ao terminar apresentamos as conclusões e apêndices.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO EM ANGOLA ANTES DA INDEPENDÊNCIA ATÉ 1975

Prender no período colonial por ser o marco de referência no surgimento do ensino em Angola, assim como em muitos países do continente africano, durante a presença colonial europeia, uma vez que, a educação desenvolvida pelos africanos antes da presença colonial, em várias regiões de África, baseava-se num quadro de educação não formal¹. Grande parte desta educação era adquirida pelos pais através do exemplo e do comportamento dos membros mais velhos da sociedade. Em circunstâncias normais ela emerge naturalmente, eleva-se do ambiente social.

No quadro desta observação, facilmente se constata que a educação não formal foi utilizada durante muitos anos na África pré-colonial como um sistema de ensino ligado ao modo de vida das populações para a sua sobrevivência.

O ensino escolar teve início em Angola nos séculos XVI e XVII, portanto muito antes do atual território constituir uma unidade. No decorrer da sua presença no Reino do Kongo, os padres católicos presentes na corte de M'Banza Kongo² empenharam-se em divulgar não apenas o cristianismo, mas também a língua portuguesa e a correspondente escrita, bem como rudimentos de matemática. Depois da fundação das praças fortes de Luanda e de Benguela, estabeleceram-se lá algumas escolas de nível básico, inicialmente apenas para filhos dos colonos brancos, inclusive alguns que tiveram com mulheres africanas, depois também para um pequeno número de crianças africanas. Nesta fase, as escolas não constituíam um sistema de ensino e nem sequer tinham estruturas muito definidas. A situação mudou no decorrer do século XIX, quando Portugal passou a ocupar lentamente o território correspondente ao da Angola de hoje e, paralelamente à ação militar, e muitas vezes a precedê-la, houve uma ação missionária cada vez mais extensa, tanto católica como protestante. Os missionários ligavam sempre a cristianização a uma escolarização mais ou menos desenvolvida. Esta começou, inclusive, a abranger a população africana urbanizada que se aglomerava em Luanda e Benguela bem como nas vilas que se foram fundando passo a passo.

¹ Educação não formal é o conjunto de práticas educativas organizadas, mas que acontecem fora do sistema escolar, tradicional (sem séries, diplomas oficiais ou currículo rígido).

² M'banza Kongo, capital do reino do Kongo, atual capital M'banza Kongo da província do Zaire.

Antes da ocupação e da expansão colonial em África no geral e em Angola em particular, já se praticava a educação, baseada num quadro não formal. Grande parte desta educação era adquirida pelos pais através do exemplo e do comportamento dos membros mais velhos da sociedade. Em circunstâncias normais ela emerge naturalmente, eleva-se do ambiente.

Em referências históricas que, quando a primeira delegação chefiada por Diogo Cão em 1482 chegou à foz do rio Zaire, encontraram um povo administrativamente organizado, com um rei, uma capital (M'banza Congo), uma população superior a 100 mil habitantes e com uma economia baseada na agricultura. Todos estes fatos históricos demostram o quanto esta população era educada; assim sendo, apesar de este povo não ter o domínio da escrita na altura, é de uma certa maneira egoísta pensar-se que o povo que abitava Angola não praticava a educação. Também não corresponde a uma verdade histórica afirmar que a educação nesta parte do continente começou com o processo colonial. (Vieira, 2007, p. 32).

Segundo (Vieira, 2007, p.43) afirmam que, durante vários séculos da colonização portuguesa, o ensino esteve sob a responsabilidade das missões religiosas, sendo o ensino laico muito reduzido e praticado por algumas instituições não oficiais, este autor, continua a explicar que, apesar da existência do ensino oficial na província de Angola, a situação da maioria da população africana em nada se alterou, pois um grande número continuava sem escolarização, uma vez que (o decreto do ano de 1845 de Joaquim Falcão, procurou dar satisfação às exigências das populações civilizadas) beneficiando assim a maioria da população colonizadora.

Alguns dados apontam que o ensino missionário não era praticado apenas pelas missões católicas, pois com o passar do tempo instalaram-se também no território angolano, algumas missões protestantes³ que contribuíram para o ensino das primeiras letras às populações autótones.

Até os primeiros anos do século XIX, a educação laica em Angola era ainda muito limitada e não estava por isso ao alcance de todos, só uma minoria de europeus abastados e da burguesia africana radicada principalmente em Luanda, podia

³ Missões protestantes são ações religiosas e sociais realizadas por igrejas protestantes com o objetivo de difundir o cristianismo, formar comunidade de fé e muitas vezes atuar na educação e na área social.

frequentar algumas instruções de carácter privado que existiam no território, principalmente nos aglomerados de população colonial.

Se, por um lado, o decreto de 1845 de Joaquim Falcão procurou dar satisfação às exigências das populações civilizadas, beneficiando assim a maioria da população colonizadora, Apesar da existência de um ensino oficial em Angola, a situação da maioria da população africana em nada se alterou, pois um grande número continuava sem escolarização.

O “liceal” só teve início nos primórdios do século XX, mais concretamente a partir de fevereiro de 1919, quando foi fundado o primeiro Liceu de Luanda e da província, o Salvador Correia (Santos, 1970, p. 185). Assim, desde a assinatura do decreto de José Falcão em 1845 até o surgimento do 1º liceu passaram-se 74 anos para que surgisse em toda a província de Angola uma escola secundária oficial, o que, por si só, demonstra o atraso no desenvolvimento do campo educativo em Angola e as dificuldades de muitos em prosseguirem os seus estudos secundários. Contudo, é importante salientar que, embora o surgimento do ensino secundários fosse já uma realidade em Angola, ou melhor em Luanda, a situação de escolarização da maioria da população africana e outra desfavorecida não mudou significativamente, tendo em atenção que o Liceu Salvador Correia era frequentado maioritariamente por filhos de grandes proprietários europeus que viviam em Angola, fazendeiros portugueses, elementos de ascendência portuguesa e alguns africanos.

Para outros angolanos restava-lhes as escolas profissionais onde faziam um curso de artes e ofícios. O ensino profissional destinava-se fundamentalmente aos africanos, então designados anteriormente por indígenas⁴.

Em 1926 – 1933 Portugal implementa uma nova política com relação as colónias ultramarinas e publica o ato colonial onde se reforçava o sentimento de um novo regime ditatorial:

“É da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nele se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente”.

⁴ Indígenas são os povos originários de um território ou seja aqueles que já viviam em uma região antes da chegada de colonizadores ou de outros grupos externos.

Como se pode constatar as colónias estavam diante de um novo quadro político e as suas populações iniciavam um novo ciclo de vida sob um regime ditatorial, que, mais do que conceber direitos e dignidade aos povos africanos, se arrogava, através do ato colonial, o direito de oprimir e subjugar sob a capa de “civilizar” e “educar”.

Em termos da educação e do ensino, a política do estado novo continuava a encarar a questão da escolarização dos africanos como sendo desnecessária (...) como afirmava o *Boletim do Ensino da Colónia de Angola*:

O indígena tem de ser um indivíduo útil principalmente no seu meio de origem e só poderá ser, uma vez preparado, uma vez educado nos costumes salutareos do trabalho. O indígena na escola primária estaria deslocado, tornando-se altamente prejudicial a si e aos seus semelhantes. Devemos procurar evitar a difusão de escolas primárias nos povoados selvagens (Vieira, 2001, p. 49).

Aqui se pode confirmar a exclusividade da escola para apenas os filhos dos colonos e de uma minoria africana identificada como assimilada. Um assimilado era um negro que vivia segundo a cultura portuguesa e beneficiava de alguns direitos da sociedade colonial. Apesar de alguns africanos terem acesso à escola, menos de 5% de todas as crianças de idade compreendida entre os 5 e os 14 anos frequentavam a escola em 1950, enquanto 97% de todos os africanos de 15 anos e mais velhos eram classificados analfabetos.

De maneira geral podemos afirmar que o ensino colonial não era um ensino virado para as populações angolanas, para a sua cultura e para a promoção dos seus valores, era sim um instrumento ideológico do sistema colonial que tinha como objetivo inculcar valores morais, éticos, políticos e religiosos acerca da realidade portuguesa, incluindo ideias de servilismo na consciência do angolano, enquanto a escola era uma forte instituição de expansão da língua portuguesa em detrimento das línguas angolanas. É de salientar que nas colónias os programas e conteúdo de ensino diziam respeito a realidade portuguesa. Estudava-se a flora e fauna, a história, a geografia de Portugal, criando-se um vazio cultural acerca de conhecimentos da realidade da própria colónia.

O período que antecedeu a independência

Antes de abordarmos qualquer aspecto de ordem política, gostaríamos de recuar um pouco no tempo para analisarmos, ainda que de forma sucinta, o 25 de

Abril de 1974 que culminou com a queda do regime ditatorial em Portugal. O 25 de Abril mais do que um produto histórico dos nacionalistas portugueses, teve a sua génese na luta armada que os nacionalistas africanos de Angola, Moçambique e Guiné Bissau, impuseram ao colonialismo português, criando uma situação favorável para a Independência das ex-colónias de África e o fim da ditadura em Portugal. Assim, a guerra desencadeada nos territórios destes países, criou uma premissa para que o 25 de Abril e com ele se abrissem as portas para a independência das ex-colónias. Vale a pena nos lembrarmos o que nos diz Brasil Davidson:

Estas guerras portuguesas foram extremamente dolorosas, mas por volta de 1970 a 1ª resistência africana começou em geral a ganhar vantagem. Essa resistência levou a grandes avanços políticos por parte dos africanos, assim como vitórias militares. Finalmente o derrube da ditadura salazarista em Abril de 1974, também veio pôr fim a estas guerras dolorosas e desastrosas para Portugal. (Vieira, 2007, p. 80).

Queremos aqui mostrar o quão foi importante o sacrifício dos Movimentos Nacionalistas africanos (em Angola o MPLA⁵, FNLA⁶ e a UNITA⁷), pois, com este esforço, surgiu a independência que veio a favorecer os próprios africanos com relação a acessibilidade ao processo de ensino.

Pouco antes da proclamação-da independência, o país mergulha numa sangrenta guerra pelo poder, envolvendo os três movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA). Esta situação deixou o país economicamente debilitado, tendo destruído a maior parte das comunicações terrestres, e em particular o caminho-de-ferro de Benguela. Estes conflitos não beneficiaram em momento algum o processo do ensino no país, pois que, passou-se a partir deste momento a direccionar todas as atenções na implantação da paz bem como na estabilização do país.

No período colonial, o sistema educativo angolano era marcado por um carácter classista e elitista, restrito principalmente às populações urbanas e às classes sociais assimiladas pelo regime português, com acesso diferenciado ao ensino formal e pouca ou nenhuma abertura para participação comunitária nas decisões escolares.

⁵ MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola;

⁶ FNLA Frente Nacional de Libertação de Angola;

⁷ UNITA, União Nacional para Independência Total de Angola;

Foi movimento e agora Partido Político que lutou contra o colonialismo português até atingir a independência angolana em 11 de novembro de 1975.

A educação formal colonial tinha objetivos alinhados com a promoção da “portugalidade⁸⁹” no território angolano, focando-se no ensino da língua portuguesa e conteúdo que reforçavam a ideologia colonial, e não na construção de uma gestão democrática das instituições escolares.

Neste contexto, o papel dos pais limitava-se essencialmente ao apoio à frequência escolar e à manutenção do vínculo dos filhos com a escola, sem participação formal nos processos administrativos ou decisórios. As instituições educativas funcionavam de maneira autoritária e centralizada, sem estruturas participativas que incluíssem representantes dos encarregados de educação na gestão escolar.

A prática pedagógica era, em grande parte, estritamente definida pelo aparelho educativo colonial, deixando pouco espaço para iniciativas familiares ou comunitárias que pudessem influenciar decisões de gestão escolar.

Com a proclamação da Independência de Angola pelo MPLA, os objetivos imediatos do novo regime consistiam na “destruição” dos marcos do regime colonial e na construção imediata de um novo país, social, político, e economicamente diferente de forma a servir os milhares de angolanos que tinham sido excluídos, discriminados e explorados pelo regime colonial. (Vieira, 2007, p. 91).

De acordo com Noré e Adão (2003), após a independência (1975) o Partido-Estado logo se confrontou com a dura realidade de cerca de 96% da população autóctone analfabeta, dispondo de poucas escolas e apenas uma universidade, fundada em 1962 – a Universidade de Angola (Administração Colonial Portuguesa, 1962), mais tarde convertida em Universidade de Luanda (Administração Colonial Portuguesa, 1968) e depois em Universidade Agostinho Neto (UAN), (Resolução no 1/1985; Costa, Rodrigues & Cardoso et al., 2023). Comparativamente, depois da sua descolonização, em 1960 o Congo Belga, herdou um ensino primário de seis anos, frequentado por cerca de 1 500 000 alunos africanos, superando Angola em 30 vezes e, proporcionalmente, mais crianças escolarizadas (Noré & Adão, 2003).

Confrontados com a dura realidade do elevado número de analfabetos, escassez de quadros qualificados para assumir responsabilidades na administração pública e sentindo a necessidade de desconstruir a ideologia colonial e de construir

⁸ Portugalidade termo usado como forma de benéfico a costumes e hábitos para os portugueses

uma nova que norteasse a nação, o Estado Angolano enceta a primeira reforma educativa. A mesma surgiu do consenso a que se chegou no Congresso do MPLA de 1977 e, de acordo com Mangens (2016) visou essencialmente: a consolidação da independência e do poder popular, pôr fim à luta de classes, implantar a sociedade socialista comunista com ideologia marxista-leninista; integração e coerência da Educação com as necessidades da sociedade; proporcionar o desenvolvimento integral e universal da personalidade humana, «criação de um homem novo» e promover um futuro melhor a nova geração (p.7).

Conquistada a independência, o Governo da época aboliu o pagamento do imposto do indígena, tornou o ensino geral, gratuito, acessível a todos e obrigatório do 1º ao 8º ano de escolaridade, em todo o território nacional – ao contrário da discriminação que havia antes, entre o ensino destinado aos cidadãos e o destinado aos “indígenas”. A escola passava a ser o bastião do movimento revolucionário, sob as ideias-força: “A escola é do povo” e “Estudar é um dever revolucionário”, para forjar o homem novo (Curiminha, 2017).

De acordo com (Vieira, 2007), Tendo em conta as orientações fundamentais para o desenvolvimento económico-social da então República Popular de Angola no período de 1978-1980, as decisões saídas do 1º Congresso sobre a política educativa definiram como objetivos do sistema educativo e ensino:

- Formar as novas gerações e todo o povo trabalhador sob a base da ideologia marxista-leninista;
- Desenvolver as capacidades físicas e intelectuais de formas a que todo o povo possa participar na construção da nova sociedade;
- Desenvolver a consciência nacional e o respeito pelos valores tradicionais;
- Desenvolver o amor ao estudo e ao trabalho coletivo e o respeito pelos bens que constituem a propriedade do povo angolano;
- Desenvolver a unidade nacional;
- Garantir o desenvolvimento económico e social e a elevação do nível de vida da população (p.107).

Ainda de acordo com as decisões saídas desse Congresso, que decorreu de 4 a 10 de Dezembro de 1977, como afirma o mesmo autor, o sistema educativo ficou assim estruturado: Ensino de Base, Ensino Técnico-profissional e o Ensino Superior.

O Ensino Técnico-profissional comportava duas opções: o Ensino Pré-universitário (inicialmente com duração de dois anos, de transição para o ensino universitário e, mais tarde, estendido para três anos) e o Ensino Médio, também com duas opções: o ensino técnico (para a formação de técnicos para o setor industrial) e o ensino Normal (para a formação de professores) nos Institutos Médios Normais de educação (IMNE). O ensino superior, estava estruturado em faculdades e institutos superiores, com duração de quatro a cinco anos, sob reitoria da única universidade que existia no país (Quadro 1).

Quadro 1.

Estrutura do sistema educativo angolano (1977-2001)

Subsistemas de Ensino	Ciclos	Duração	Perfil terminal
Ensino de base	I Nível	1 ^a - 4 ^a classe	Formação de base
	II Nível	5 ^a - 6 ^a classe	
	III Nível	7 ^a - 8 ^a classe	
Ensino Técnico-profissional	Ensino Pré-Universitário (PUNIV)	9 ^a - 11 ^a classe	Preparação para o ensino superior
	Ensino Médio	9 ^a - 12 ^a classe	Técnico (indústria)
			Normal (formação de professores)
Ensino Superior	UAN: Institutos Superiores e Faculdades	4 - 5 anos	Técnicos superiores

Nota: adaptado de Vieira (2007), Mangens (2016) e Curimenha (2017).

O sistema educativo enfatizou o combate ao analfabetismo, atendendo às altas taxas de analfabetismo e de crianças fora do sistema educativo. Para tanto, a cooperação Cubana foi determinante, com a transferência de *know how*, pelo seu método de alfabetização “*Yo si puedo*” e com a formação massiva de quadros angolanos (Costa et al, 2023).

Neste período o sistema educativo foi marcado pelas turmas sobrelotadas (chegando algumas a rondar os 80 alunos), dada a elevada procura e pouca oferta da rede escolar, a carência de professores e de serviços básicos de apoio à educação. No mesmo período o sistema educativo, dirigido pelo Partido-Estado, visou formar o homem novo, com base na ideologia marxista-leninista, num momento em que a guerra fria estava no auge e as duas potências se defrontavam militarmente, também em Angola, numa guerra por procuração, como denominaram alguns autores. Assim, os grandes centros urbanos se sobrelotaram de habitantes deslocados das zonas em que se desenvolvia o conflito armado e, concomitantemente, as escolas na sua

Recorde-se que ao olhar das autoridades angolanas, a alfabetização era uma aposta de todo o povo, por isso, aqueles que sabiam ler e escrever eram recrutados para alfabetizadores que tinham a missão de ensinar os que não sabiam.

Anos mais tarde, num balanço sobre esta atividade, o Ministério da Educação referia que, “ao fim dos primeiros dez anos de Batalha de Alfabetização, foram alfabetizados 1.048.000 cidadãos numa média calculada em 100.000 por ano” (Vieira, 2007, p. 93). Mas este período, embora sendo áureo, rapidamente foi acompanhado de constantes debilidades, uma vez que as dificuldades de ordem económica e o agudizar da guerra em quase todo o país, contribuíram para o decréscimo da campanha em muitas regiões.

Em 1975 ao declarar a independência e o poder do país, o MPLA optou por uma tentativa de combinar a construção nacional e da sociedade socialista, definida pelo marxismo-leninismo¹⁰. Neste aspecto adoptou uma política educacional inteiramente subordinada a estes objetivos. Durante anos, uma elevada preferência foi dada a uma vasta campanha de alfabetização de adultos que utilizou a técnica didática¹¹, mas não a metodologia de base do educador brasileiro Paulo Freire. Para além da transmissão de conhecimentos instrumentais básicos, a campanha teve por objetivo a promoção sistemática de uma identidade social abrangente “nacional” e uma mentalização política destinada a obter a aceitação do regime estabelecido. Não são conhecidas estatísticas fiáveis quanto a esta campanha, mas pode ser dado como certo que ela atingiu centenas de milhares de pessoas.

Paralelamente procedeu-se a uma reestruturação e expansão do sistema do ensino geral, concebido para, ao menos tendencialmente, abranger a totalidade da população. Na sua versão regular, destinada à população em idade escolar, este sistema passou a compreender oito anos: quatro de ensino primário, dois de ensino pós-primário e dois de ensino complementar. Na sua versão para adolescentes e adultos que não frequentaram a escola enquanto crianças, um programa comprimido era ministrado em seis anos. Este sistema chegou a ser implantado na quase totalidade do território, sendo para o efeito essencial a cooperação cubana que, de

¹⁰ Marxismo-leninismo é uma corrente política e ideológica que combina as ideias de Karl Marx e Friedrich Engels com suportes de Vladimir I. Lênin, e que foi a base teórica da União Soviética e de muitos partidos comunistas do século XX.

¹¹ Técnica didática de Paulo Freire, valorização da cultura do educando a “escola não deve negar a identidade cultural do aluno, o aluno traz consigo um a história, uma linguagem, costumes crenças e saberes construídos em suas vivências social e cultural”

certo modo, substituíam os luso-angolanos que, durante o período colonial, tinham sido o suporte indispensável de todo o ensino, mas que haviam deixado o país na altura da independência.

Na continuação deste ensino básico, foi estabelecido um ensino médio de quatro anos (9^a a 12^a classes). Boa parte das respectivas escolas tinham como objetivo uma formação técnico-profissional nos mais diversos ramos, inclusive no da formação de professores. A conclusão da 12^a classe dava acesso ao ensino superior. Criaram-se também a nível médio escolas de ensino pré-universitário (PUNIV¹²), especialmente desenhadas para, em menos tempo, levar ao acesso a estudos superiores em letras e ciências naturais.

Para o estudo superior existia apenas a Universidade de Angola. Esta era a sucessora da Universidade de Luanda e passou em 1979 a chamar-se Universidade Agostinho Neto. Embora ela compreendesse várias faculdades, situadas em Luanda e no Huambo, esta universidade não tinha condições para corresponder à procura gerada pela expansão do ensino, antes e depois da independência – tanto menos como o seu corpo docente ficou drasticamente reduzido com a saída dos professores luso-angolanos, só parcialmente substituídos por “cooperantes” cubanos, alemães e Russos. Por esta razão, o MPLA estabeleceu um sistema de bolsas que permitiu, no decorrer dos anos, a vários milhares de alunos de realizar estudos universitários em diferentes “países socialistas” – principalmente em Cuba, mas também na União Soviética, na República Alemã e na Polónia.

Tendo o governo da República Popular de Angola, formado por partido único que pode ser entendido como partido governo, compreendido a importância do setor no desenvolvimento do país bem como da sua população, ocupou-se de um novo sistema de educação e de ensino que não englobasse nos seus objetivos e princípios os signos da política educacional colonial. É neste quadro que foi promulgada a Lei nº 4/75 de 09 de Dezembro de 1975, um mês a seguir a Independência, que consagrava a nacionalização do ensino.

“A nacionalização do ensino tinha como objetivos imediatos fazer do sistema de educação um instrumento do estado e substituir todo o aparelho colonial da educação e ensino, promovendo no seio da sociedade angolana uma educação virada para o povo (*escola para todos*), uma vez que as autoridades coloniais não a

¹² PUNIV- Pré-Universitário, Ensino secundário geral com a duração de 3 anos, para o ingresso à Universidade.

tinham implementado devido a sua política de exclusão e discriminação da maioria dos angolanos”.

É importante aqui salientar que, em função da influência dos seus aliados, o primeiro sistema de ensino traçado pelo 1º Congresso do MPLA, tinha fortes influências de países do bloco socialista (Vieira, 2007, p. 107).

Tendo em conta as orientações fundamentais para o desenvolvimento económico-social da República Popular de Angola no período de 1978/1980, as decisões saídas do 1º Congresso sobre a política educativa definiram como objetivos do sistema de educação e ensino o seguinte:

1. Formar as novas gerações e todo o povo trabalhador sob a base da ideologia marxista-leninista;
2. Desenvolver as capacidades físicas e intelectuais de formas a que todo o povo possa participar na construção da nova sociedade;
3. Desenvolver a consciência nacional e o respeito pelos valores tradicionais;
4. Desenvolver o amor ao estudo e o trabalho coletivo e o respeito pelos bens que constituem a propriedade do povo angolano;
5. Desenvolver a unidade nacional;
6. Garantir o desenvolvimento económico e social e a elevação do nível de vida da população.

De acordo com as decisões saídas desse congresso que decorreu de 04 a 10 de dezembro de 1977, redefiniu o novo sistema de educação e ensino de seguinte forma:

- Um subsistema do ensino de base;
- Um subsistema do ensino técnico-profissional;
- Um subsistema do ensino superior.

De acordo com esta estruturação, o sistema de ensino contava com a seguinte componente:

Um ensino geral de base – constituído por 8 classes subdividido em 3 níveis; o primeiro de quatro classes, começava na 1ª até a 4ª classe; o segundo duas classes, incluía 5ª e a 6ª classe; e o terceiro, da 7ª à 8ª classe.

Um ensino pré-universitário – estruturado em quatro semestres com a duração de 2 anos vigorava como um sistema transitório para o ensino universitário.

Um ensino médio – com a duração de quatro anos, possuía dois ramos: o *técnico* que visava a formação de mão-de-obra para a indústria; e *normal* para a formação de professores para o ensino de base.

Por último, um ensino superior – estruturado em faculdades e institutos superiores; tinha a duração de 4 a 5 anos.

Quanto a questão da exploração escolar que atrás já referido, verifica-se que o número de crianças que frequenta a escola nos primeiros anos de independência é bastante significativo e em muitas zonas do país improvisavam-se escolas, muitas em armazéns abandonados, igrejas, sobre as árvores etc. Segundo referências do Ministério da Educação, em termos quantitativos, o sistema educativo da época colonial absorvia, em 1973, 608.607 alunos em todos os níveis e subsistemas de ensino e possuía 17.978 docentes (MED, 1997: 2).

Comparando com o período de 1976/77, segundo referências deste ministério, os alunos inscritos eram 1.032.854 em todos os níveis do ensino básico, superando significativamente o período colonial.

Veja-se o quadro a seguir:

Quadro 2 - Dados de escolarização nos primeiros cinco anos de Independência

Ano	Iniciação	Iº Nível	IIº Nível	IIIº Nível	Total
1976/77	361.446	592.450	70.933	8.025	1.032.854
1977/78	416.937	958.676	94.317	19.010	1.488.940
1978/79	746.328	1.420.739	113.884	24.663	2.305.614
1979/80	664.500	1.713.817	176.687	40.272	2.596.276
1980/81	404.255	1.332.297	150.204	36.433	1.923.189

Fonte : (MED, 1997: 2).

Tal como o quadro mostra, com a independência o número de escolarização cresceu significativamente contrastando com os 608.607 alunos matriculados em 1973 pouco antes da conquista de independência. Esta situação, evidencia o esforço das autoridades angolanas no sentido de escolarizarem todas as crianças em idade escolar, mas demonstra fundamentalmente a exclusão a que muitos tinham sido sujeitos no regime colonial que lhe vedava o direito de à escola.

A organização do sistema educacional (1976), partiu da necessidade de mudança do sistema de educação que Angola herdara do colonialismo português,

classificado como ineficiente, limitado, e em termos culturais, mais voltado ao domínio cultural de Portugal.

O sistema educativo português exaltava seus valores em detrimento dos valores nativos de Angola (Nguluve, 2010, p. 55).

Este facto encontrava-se ainda patente nos manuais usados nas escolas, até a década de 1970, o que dificultou a reorganização do sistema educacional uma vez que esta exigia ruptura em termo de hábitos, costume e pensamento libertar a mente. Ora, os professores de que Angola dispunha para a sua educação eram frutos da educação colonial. A educação colonial não privilegiou o nativo angolano, ou seja, não existia uma educação para negros escravos. Com o alcance da independência à 11 novembro de 1975, o novo governo, teve como desafio definir a partir de 1976, políticas concretas que pudessem permitir a correção dos altos índices de analfabetismo apresentado pelo país, resultante da fraca infraestrutura, bem como dos materiais de apoio ao ensino, herdado do colonialismo português.

Em vista destas situações, em 1977 se cria e aprova o *Plano Nacional de Ação para a Educação de Todos* (PNAET), que visava fundamentalmente ampliar a oportunidade de acesso à educação fundamental sobretudo aos primeiros quatro anos de ensino que incluía a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe.

Segundo Francisca do Espírito Santo citado por Alberto Nguluve (2010: 66), o sistema educacional desenvolvido na primeira reforma (1976), baseou-se fundamentalmente pelo aumento de oportunidades educativas, gratuidade do ensino de base (da 1ª à 4ª classe), obrigatoriedade de frequentar o primeiro nível e o aperfeiçoamento pedagógico do seu corpo.

De acordo com o Decreto nº 40/80 de 14 de maio, o sistema educacional em vigor desde 1978 constituía-se em subsistemas que compreendiam as seguintes etapas:

Educação pré-escolar;

Ensino básico (de três níveis – o primeiro, da 1ª à 4ª classe; o segundo, da 5ª à 6ª classe; e o terceiro, da 7ª à 8ª classe);

Ensino médio (dividido em técnico e normal);

Ensino superior (que inclui o bacharelado, até ao terceiro ano e a licenciatura até ao quarto ano ou quinto ano, dependendo do curso);

Ensino e alfabetização de adultos.

(Veja o quadro a seguir)

Quadro 3 - Estrutura do ensino na primeira reforma educativo em Angola (1978)

Educação Pré-Escolar	Ensino de Base (Regular, Adultos e Especial)	Ensino Médio ou Pré-Universitário	Ensino Superior
Creche	1º nível – 1ª à 4ª classe (Obrigatório)	Médio Normal (9ª à 12ª classe)	=====
Jardim de Infância	2º nível – 5ª à 6ª classe (Formação profissional)	Médio Técnico (9ª à 12ª classe)	1º Nível (do 1º ao 3º ano) Bacharelado
Iniciação	3º nível – 7ª à 8ª classe (Formação profissional)	Pré-Universitário (9ª à 11ª classe)	2º Nível (do 4º ao 5º ano) Licenciatura

Fonte: (Vieira, 2007)

Junto do ensino normal, segundo o terceiro nível, havia a formação profissional de (adultos e jovens), direcionado à aprendizagem de conhecimentos com aplicação prática ao trabalho. Para além da ordem normal de que estava estruturado o sistema de ensino, havia, paralelo a este, o ensino de adultos, voltado basicamente para a alfabetização e ensino geral básico. Mediante o desenvolvimento, os adultos poderiam chegar a formação profissional técnica. Após a independência, com reforma educativa e legislação de gestão participativa, pais e encarregados de educação passaram a integrar conselhos escolares, com voz ativa na tomada de decisões e acompanhamento pedagógico.

Democratização de escola na integração dos atores

Entre as organizações que estruturam a sociedade angolana, terá que se dar um destaque especial à escola, por se tratar de uma organização que, de certa maneira, tem influência em todas as outras, seja pelo tempo que as crianças, jovens e professores passam nela, mas também pelas implicações no futuro dos indivíduos. Assim, a educação é um direito do cidadão adquirido por Lei, constituindo-se uma das tarefas fundamentais do Estado.

A escola constitui um empreendimento humano, uma organização histórica, política e cultural.

Consideram que “durante muitos anos, a escola constitui-se como um espaço fechado e à margem da comunidade, uma vez que lhe competia comportar-se como uma sociedade dentro da sociedade geral (Sousa e Sarmento, 2010, p.146).

Numa fase em que tanto se fala da relação escola-comunidade e se apela a uma maior participação dos vários intervenientes, talvez esta corresponda a uma maior democratização, não só da escola, mas, também, da própria sociedade. Vários autores, por exemplo, Paro (1992), Davies (1994) e Zenha (2006), têm defendido o estreitamento de relações entre a família e a escola para promover os benefícios da mesma para a comunidade educativa.

a escola encontra-se, hoje, no centro de atenções, porque se reconhece que a educação, na sociedade globalizada, constitui grande valor estratégico para o desenvolvimento da humanidade e Angola não está e não pode estar à margem desta realidade (Canepa, 2020, p.2).

Mas, ainda, existem dificuldades que impedem o bom funcionamento da escola nesta perspetiva. Contudo, acredita-se que a qualidade de uma escola tem relação direta com habilidade dos seus gestores e colaboradores, como afirmam Hees e Pimentel (2021) que “quanto melhores e mais bem preparadas forem às pessoas que compõe o time da organização, melhores serão os relacionamentos e as trocas, tornando elevados os padrões dos serviços prestados” (p.47811). Todavia, à medida que se levantou dados através da pesquisa, verificamos uma certa preocupação com a questão da participação dos pais no processo de gestão da escola. Precisamente, os resultados recolhidos junto dos pais e encarregados da escola, apontam para limitações na sua participação. Não obstante estas questões, procuramos na 1ª Constituição da República de Angola, de 5 de Fevereiro de 2010, Artigo 21º, alíneas g e h.

CAPÍTULO II

SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO EM ANGOLA

A Educação é um processo planejado e sistematizado de ensino e aprendizagem, que visa preparar de forma integral o indivíduo para as exigências da vida individual e coletiva LBSEE de Angola nº 17/16 e 32/20. A Lei de Bases de Sistemas de Educação e Ensino, LBSEE de Angola nº 17/16 e 32/20, é consagrada com artigos que fortalecem os sistemas e articulação de educação angolana, buscando garantir uma funcionalidade regular das instituições e seus subsistemas de ensino, também podemos observar o regulamento das comissões de pais e encarregados de educação, que confere a democratização dos pais a participar de forma ativa nas atividades programadas na escola, mas não se efetiva como se deveria. Os sistemas de ensino definem as normas de como funcionar baseando pelo seu regime jurídico próprio em cada subsistema de educação primária, secundária, ensino especial, técnico profissional assim como o do ensino superior de acordo com suas especificidades.

O sistema de educação e ensino em Angola é o conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio das quais se realiza e se manifesta o processo de ensino-aprendizagem, tendente à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de direito, de paz e progresso social, LBSEE de Angola nº 17/16 e 32/20.

O fim do conflito armado da guerra civil permitiu ao país avançar em reformas estruturais. Destacam-se:

- Reconstrução massiva de escolas;
- Criação da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE);
- Formação de milhares de professores;
- Expansão do ensino superior e técnico profissional;
- Reforma curricular e modernização administrativa.

Segundo Kiluange (2024), o sistema educativo angolano tem passado por processos de desconstrução, construção e reconstrução dos seus fins e estrutura, o que reflete a busca por um modelo mais eficiente. No entanto, a implementação prática desses modelos é complexa.

A legislação angolana, em particular a Constituição da República (2010) e a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (17/16 e 32/20), estabelece a educação como um instrumento para a democracia e prevê, implicitamente, a necessidade de uma gestão que responda às exigências nacionais.

Argumentam que a gestão democrática e participativa é um caminho para a melhoria da qualidade do ensino em Angola, alinhada com as exigências legais e a necessidade de envolver a comunidade escolar. A legislação prevê a descentralização de algumas funções, mas a sua efetivação enfrenta resistências práticas. Mário Graça da Costa, Francisco Zacarias Enoque, e Henriques da Costa Graça (2022).

A iniciativa de desenvolvimento da educação é uma responsabilidade do estado, complementada pela iniciativa empreendedora de entidades privadas ou público-privadas, nos termos a regulamentar em diploma próprio, o exercício do poder regulamentar, o presidente da república sendo titular do poder executivo aprova e implementa políticas e normas sobre a organização, funcionamento e desenvolvimento do sistema de educação e ensino, nos seus diferentes subsistemas e níveis, independentemente da natureza pública, privada e público-privada que as instituições de ensino possam revestir. O estado pode apoiar iniciativas para o desenvolvimento de instituições privadas e público-privadas de ensino no desempenho efectivo de uma função de interesse público, desde que integradas no plano de desenvolvimento da educação.

Tabela 1 - Os subsistemas que fazem o sistema de ensino.

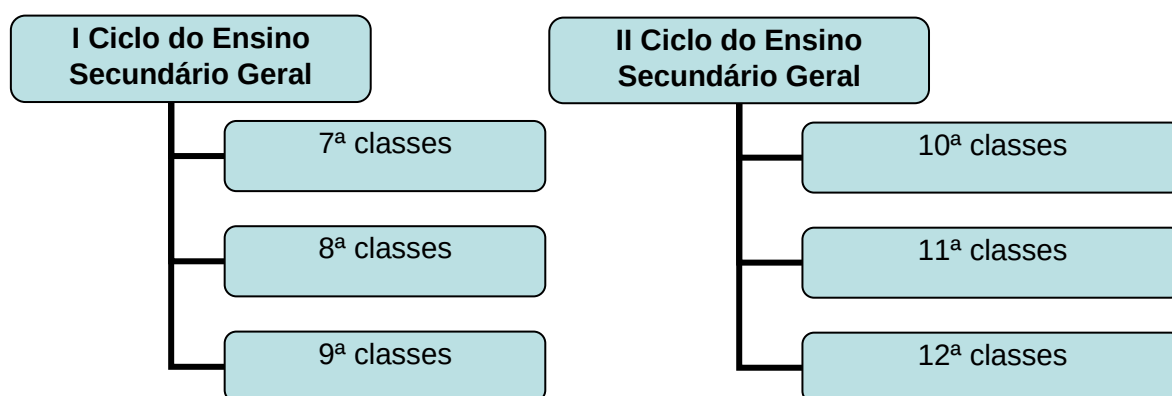
Nº	SUBSISTEMAS	DURAÇÃO	CLASSE	NIVÉL
1	Educação Pré-Escolar	1 Ano	Iniciação	Pré-Escolar
2	Ensino Geral; (Primário, I e II ciclo Secundário)	6,3; 3 Anos	1 ^a -6 ^a ; 7 ^a -9 ^a ;10 ^a -	Primário e Secundário
3	Ensino Técnico-Profissional (I e II ciclo Secundário)	3, 4 Anos	7 ^a -9 ^a ;10 ^a -13 ^a	Secundário
4	Formação de Professores	4 Anos	10 ^a -13 ^a	Secundário
5	Educação de Adultos (I e II ciclo Secundário Geral)	3; 3 Anos	7 ^a -9 ^a ;10 ^a -12 ^a	Secundário
6	Ensino Superior	4,5,6 Anos	Licenciatura	Superior

Fonte: Lei de base 17/16

O Subsistema de ensino geral é o fundamento do sistema de educação e ensino que visa assegurar uma formação integral, harmoniosa e sólida, necessária

para uma boa inserção no mercado de trabalho e na sociedade, bem como para o acesso aos níveis de ensino subsequentes, é o nível que sucede o ensino primário e prepara os alunos para o ingresso no ensino superior assim que termina o 12 ano de escolaridade ou no mercado de trabalho imediatamente após formação profissional complementar.

O ensino secundário geral compreende dois ciclos de 3 (três) classes cada e organiza-se da seguinte forma:



As escolas do ensino secundarias angolanas estão organizadas da forma dependente baseando no regulamento que o ministério de educação exara e é da responsabilidade exclusiva dos seus órgãos internos, em estrita obediência às normas descritas na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino angolano, bem como nos diplomas e demais legislação aplicáveis no ministério de educação angolano, elas possuem a seguinte tipologia ou designação:

- a)- Escola do ensino primário e do I ciclo do ensino secundário;
- b)- Escola do ensino primário e do I e II ciclos do ensino secundário.
- c)- Escola do I ciclo do ensino secundário;
- d)- Escola do I e II ciclos do ensino secundário.

As escolas do ensino secundário traduz-se na autonomia pedagógica na liberdade de elaboração e concretização do Projeto Político Pedagógico (PPP) em da realidade escolar ou do meio que ela está inserido e sem descartar os princípios científico- pedagógicos de desenvolvimento curricular estabelecidos pelo departamento ministerial responsável pelo sector de educação, e pela administração e gestão escolar com apoio da comunidade escolar, pensando na necessidade do plano de desenvolvimento nacional, regional e local, procurando o equilíbrio da

contextura escolar e garantia da harmonização e Inter comunicabilidade dos subsistemas de ensino. Dentro dos seus princípios elas adquirem as suas competências:

- Definir os seus objetivos das disciplinas nos domínios pedagógicos dos saberes locais sem pôr em causa os objetivos do ministério de tutela;
- Distribuir de forma flexível a carga horária dos professores segundo as normas legais que define os tempos letivos de cada professor, coordenador de disciplina, coordenador de curso e de turno bem como das outras áreas de saber e ajustá-la sempre que é necessário, respeitando os critérios aprovados para o efeito;
- Planificar e aprovar os conteúdos programáticos das diferentes disciplinas de cada classe, disciplina e por área de saber através das coordenações de disciplinas e classe por cada zona de influências pedagógica (ZIP).
- Definir e promover metodologias e métodos baseando-se nas guias metodológicas de ensino e avaliação das aprendizagens segundo a realidade do meio onde está inserida a escola;
- Organizar atividades extras curriculares e escolares assim como o desporto escolar útil dos alunos e em caso de ausência do professor criar mecanismos para ocupação dos mesmos e demais funcionários;

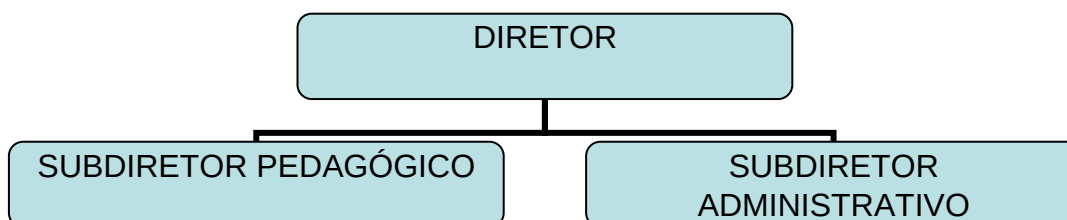
A supervisão do gabinete provincial de educação sempre mantém na avaliação e a acreditação e fazer a supervisão no cumprimento dos regulamentos e orientações metodológica do ministério de educação nas escolas, pública público-privadas e privadas, nos termos da lei.

As instituições de ensino do secundário geral na provincia do Moxico-Angola têm autonomia administrativa e de gestão que se consubstancia no asseguramento e proporcionalmente na participação de todos os intervenientes do processo educativo na escola, utilizar racionalmente os recursos patrimoniais, materiais e financeiros postos à disposição tanto das receitas próprias¹³ ou do orçamento proveniente do gabinete provincial de educação para fazer face o bom funcionamento da instituição, praticar os atos predispostos ao cumprimento de normas e orientação pedagógica, administrativa e disciplinar.

¹³ Receitas Próprias, são os recursos que uma entidade gera por conta própria, sem depender de repasses ou transferências de terceiros, ou seja é o dinheiro que a escola arrecada através dos serviços prestados.

Organizar atividades de acompanhamento complementar pedagógico para os alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem ou do desenvolvimento de habilidades, celebrar contratos de prestação de serviços que permitam a realização de benfeitorias necessárias na escola. Nos casos em que se tratar de instituições de ensino, os referidos contratos devem conformar-se à Legislação sobre Contratação Pública, ainda deve recorrer a parcerias com outras Instituições de Ensino e de Investigação Científica, com unidades produtivas, com instituições filantrópicas e demais organizações e promover ações de superação pedagógica-metodológica dos professores.

Para as escolas e complexos escolares do ensino secundários angolano e em particular na província do Moxico-Angola constitui como órgãos de direção os seguintes:



A nomeação de um, as competências dos cargos de direção são baseadas pelas suas áreas de formação e deve ser pessoal de quadro do ministério com uma avaliação positiva durante os últimos cinco anos antes da sua nomeação e é proposto pelo diretor do gabinete provincial de educação e nomeado pelo governador provincial a tomada de posse é na presença dos membros do governo da província e chefes dos departamentos de educação provincial. Para os órgãos de apoio da direção têm a missão de assessorar e aguentar nas respectivas áreas onde são colocados e demais serviços da instituição em que estão integrados com vista ao cumprimento e desenvolvimento das atividades da instituição, também sem ignorar das responsabilidades que lhes são acometidas.

Os titulares de cargos de direção e chefia exercem as suas competências no âmbito da estrutura das instituições de educação e ensino em que se integram e desenvolvem as suas atividades em harmonia com o consignado nos diplomas legais que regem os subsistemas de educação pré-escolar, ensino geral, Secundário técnico-profissional, pedagógico e de formação de professores.

São considerados titulares de cargos de direção e chefia os professores, educadores de infância que, para além da componente letiva, exerçam atividade de

coordenação, e o professor ou técnico administrativo que exerça o cargo de chefe de secretaria.

A proposta para o exercício de cargos de direção e chefia recai, preferencialmente, ao professor do quadro efetivo, colocado na escola há mais de 5 (cinco) anos.

A nomeação dos titulares de cargos de direção e chefia ocorre antes do início do ano letivo, entre os meses de Junho e Agosto, salvo a nomeação do chefe de secretaria, que deve ocorrer até 30 de Junho de cada ano civil.

O coordenador é nomeado até setembro e exerce as funções por um período de 5 (cinco) anos, renovável 1 (uma) vez.

A escola, enquanto instituição que garante o ensino sistemático e, como um resultado de construção coletiva, não pode ser pensada de forma abstrata, mas sim de forma a ser concreta e objetiva. É muito importante que se desenvolva uma cultura de participação e de autonomia no interior da unidade escolar para que se estabeleça sua identidade institucional, assim podendo haver mudanças significativas nas relações entre o sistema, a comunidade, a equipe pedagógica e os alunos. Com isso trazer para dentro das organizações da escola uma transformação realmente participativa (Lima, 2007).

Para Libâneo (2002, p. 87), o principal meio de assegurar a gestão participativa da escola é a participação direta dos sujeitos escolares, possibilitando, assim, o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da escola. Por sua vez, Adrião e Camargo (2007), colaboram enfatizando que no âmbito legal, mais especificamente no texto constitucional de 1988, a previsão de mecanismos de democratização da gestão do Estado pode ser observada no que toca aos direitos individuais e direitos sociais. Os autores enfatizam que:

A democracia como princípio articula-se ao da igualdade ao proporcionar, a todos os integrantes do processo participativo, a condição de sujeitos expressa no seu reconhecimento como interlocutor válido; como método, deve garantir a cada um dos participantes iguais poder de intervenção e decisão, criando mecanismos que facilitem a consolidação de iguais possibilidades de opção e ação diante dos processos decisórios. (Adrião; Camargo, 2007, p. 70).

No entanto, é no âmbito da gestão escolar que o princípio da democratização do ensino se consolida como prática concreta. Portanto, cabe entender os limites e as possibilidades da lei, menos como expressão de normas jurídicas e genéricas e mais como instrumento indutor de modificações de práticas sociais concretas.

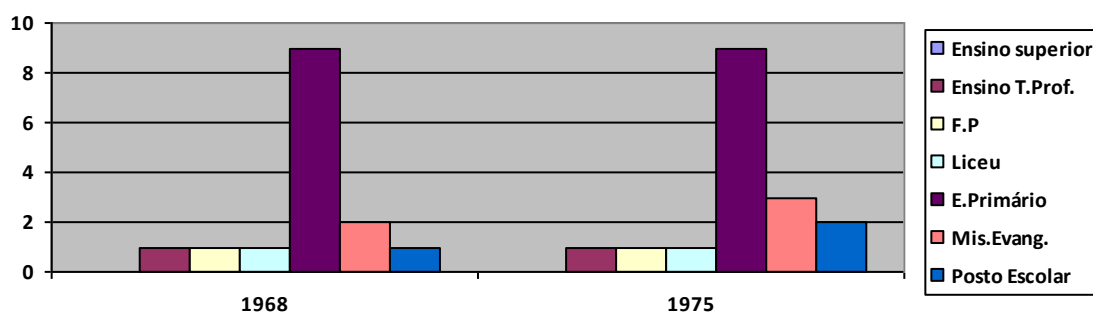
Tchokué. A missão foi chefiada pelo tenente-coronel Trigo Teixeira. Nesta expedição o militar transferiu definitivamente o Moxico-Velho para aonde está assentada a capital Luena.

Entre o final do século XIX e o início do século XX diversas expedições foram feitas para estudar a área e construir o monumental Caminho de Ferro de Benguela, que marcou profundamente a região, interligando-a definitivamente com o resto da colônia angolana. Pelo decreto-lei nº 3365/17, de 15 de Setembro de 1917, foi criado o "distrito do Moxico", a partir de território desmembrado do distrito de Benguela, assentando capital na até então chamada "vila do Luso" atual Luena.

É importante salientar que, embora o surgimento do ensino secundários fosse já uma realidade em Angola, ou melhor em Luanda, a situação de escolarização da maioria da população africana e outra desfavorecida não mudou significativamente, tendo em atenção que o Liceu Salvador Correia era frequentado maioritariamente por filhos de grandes proprietários europeus que viviam em Angola, fazendeiros portugueses, elementos de ascendência portuguesa e alguns africanos.

Para outros angolanos restava-lhes as escolas profissionais onde faziam um curso de artes e ofícios e no Luso existia a Escola Industrial e Comercial do Luso essa escola era destinada fundamentalmente para os africanos mas com alguma existencia dos filhos portugueses visto que no luso havia apenas um Liceu designado Liceu Nacional Marcelo Caetano do Luso que era escola dos filhos Portugueses ou civilizados colocando de fora os autotones africanos que recebiam o titulo de indígena. *Ver Gráfico das escolas:*

Gráfico 1 - Escolas por nível na antiga vila luso no anos (1968-1975)



Fonte: Arquivo do GPE Mx- 2025

A escola de formação de professor era ou estava sob controle da igreja católica, além de formar professores portugueses também formava alguns indígenas para serem professores dos postos escolares que se encontravam nos arredores da vila ou bairros do conselho administrativo português e o liceu, escola industrial e

escola do ensino primário era destinando para os filhos dos portugueses e alguns filhos dos negros que eram apadrinhados pelas missões daí esses filhos apadrinhados deixavam de ser chamados indígenas e logo atribuídos o título de assimilados.

Quadro 4 - Alunos matriculados por escola na antiga vila luso nos anos (1968-1975).

Ano	Ensino Superior	Técnico profissional		Formação de professores		Liceus	Ensino primário	Missões Evangélicas	Postos escolar
		7ª	8ª	7ª	8ª				
1968/1969	00	180	155	136	122	360	320	17	64
1969/1970	00	205	152	210	155	310	409	12	70
1970/1971	00	307	205	199	170	344	447	20	74
1971/1972	00	297	198	308	120	288	256	07	81
1972/1973	00	298	177	225	188	301	401	16	69
1973/1974	00	102	87	98	48	257	195	06	18
1974/1975	00	94	54	101	65	109	198	7	11

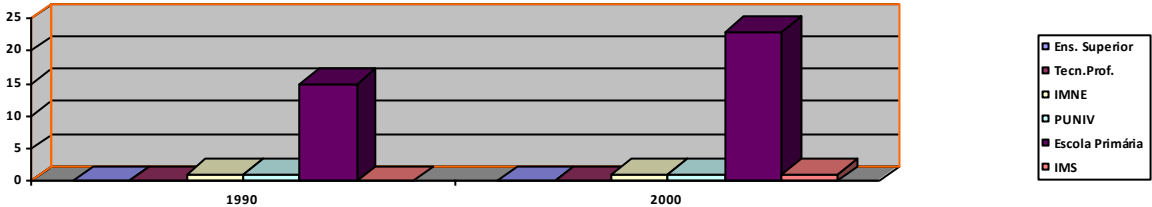
Fonte: Arquivo GPE Mx - 2025

Quadro 05- Alunos matriculados nos anos (1980-1990)

Ensino Superior	Técnico profissional	Formação de professores	Puniv	Ensino primario	Missões Evangélicas
00	1225	702	840	1570	178

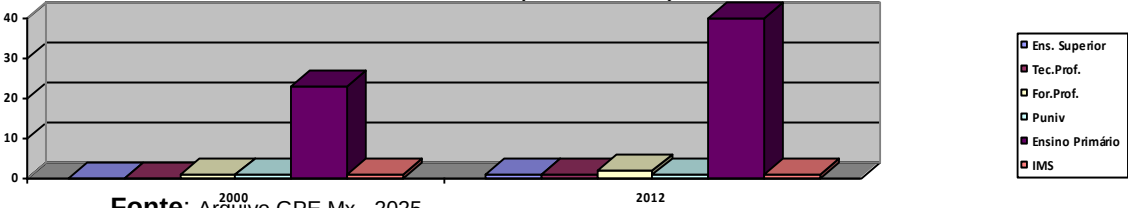
Fonte: Arquivo GPE Mx - 2025

Gráfico 2 - Número de escolas (1990-2000)



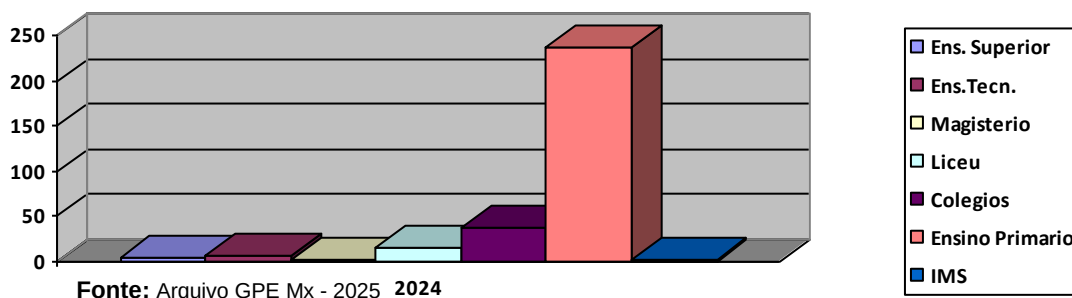
Fonte: Arquivo GPE Mx - 2025

Gráfico 3 - Número De Escolas (2000-2012)



Fonte: Arquivo GPE Mx - 2025

Gráfico 4- Escolas por nível na Província do Moxico até mês de Novembro do ano (2024)



No contexto da província do Moxico, uma das maiores regiões de Angola, o sistema escolar enfrenta diversos desafios, incluindo infraestrutura precária, escassez de recursos e cultura de gestão escolar centralizada que limita a participação da comunidade na tomada de decisões escolares. Nos últimos anos, a gestão participativa tem emergido como uma estratégia eficaz para promover o envolvimento ativo de professores, estudantes, pais e membros da comunidade na administração das escolas. Essa abordagem visa democratizar a gestão escolar, fortalecendo a transparência, a responsabilidade compartilhada e a corresponsabilidade na busca duma possível educação de qualidade. Estudos internacionais e nacionais indicam que a participação comunitária na gestão escolar pode resultar em melhorias significativas no desempenho acadêmico, na infraestrutura escolar e na satisfação dos envolvidos (Santos; Silva, 2018; Oliveira, 2020).

Apesar de iniciativas que visa manifestar a gestão participativa nas escolas secundárias no Moxico-Angola , sua implementação ainda encontra obstáculos consideráveis, como resistência cultural, falta de capacitação dos gestores e recursos limitados. Assim, compreender o estado atual dessa prática, seus benefícios e desafios é fundamental para propor estratégias que possam ampliar a participação da comunidade na gestão escolar, contribuindo para o fortalecimento do sistema educacional na região e não só.

Gestão participativa nas escolas públicas secundárias

De acordo com Vieira e Bussolotti (2019, p. 55), uma das abordagens eficazes na gestão participativa é a criação de espaços de diálogo e escuta, como conselhos escolares e reuniões periódicas, onde pais e alunos possam expressar suas opiniões e sugerir melhorias para a gestão da escola. Essa participação,

quando bem estruturada, pode ampliar a sensação de pertencimento e a responsabilidade dos pais e alunos nas questões escolares, fortalecendo o vínculo entre a escola e a comunidade.

Quando os pais e a comunidade se envolvem ativamente nas decisões da escola, os resultados académicos melhoram, a assiduidade dos alunos aumenta e a escola torna-se mais relevante para as necessidades locais. No entanto, na província do Moxico, Angola, a realidade é diferente. A participação dos pais é frequentemente baixa, esporádica e limitada a momentos formais e de pouca substância. Este fenómeno não resulta de uma simples apatia parental, mas sim de uma complexa teia de barreiras sistémicas que precisam de ser compreendidas e abordadas.

Embora o estado angolano tenha implementado políticas de inclusão educativa, a realidade cotidiana das escolas do Moxico demonstra que ainda é necessário fortalecer os mecanismos de participação comunitária para que o processo de ensino e aprendizagem seja mais eficaz e contextualizado. No Moxico-Angola, a gestão escolar enfrenta obstáculos que vão desde a escassez de recursos humanos e materiais até à falta de articulação entre escola e comunidade. As escolas secundárias, muitas vezes localizadas nas sedes municipais, atendem alunos que vivem em aldeias distantes, o que dificulta a presença dos pais em reuniões e atividades escolares. O legado de décadas de guerra civil em Angola (terminada em 2002), que afetou severamente o Moxico, continua a ter impacto. O período de conflito focou-se na sobrevivência, fragmentando comunidades e enfraquecendo os laços de confiança e as estruturas sociais que poderiam fomentar a participação cívica. A ausência de uma longa tradição de gestão participativa nas instituições do Estado e de ensino dificulta a sua rápida assimilação pela população.

Além disso, a herança da guerra civil deixou profundas marcas sociais e estruturais, influenciando a forma como as comunidades percebem o papel da escola e da educação na vida dos seus filhos.

Os diretores entrevistados acreditam profundamente que educar é um ato coletivo, que começa na família e se fortalece na escola. O Ensino Secundário é uma etapa decisiva na vida dos nossos jovens. É aqui que se constroem sonhos, se definem escolhas e se formam cidadãos que amanhã irão contribuir para o desenvolvimento do Moxico e de Angola. Embora os nossos filhos e educandos

cresçam e ganhem autonomia, eles continuam a precisar da nossa presença, do nosso diálogo e do nosso exemplo. O primeiro Presidente angolano, Dr. António Agostinho Neto, dizia que o futuro do País depende do homem que formamos hoje. Essa formação não é responsabilidade exclusiva da escola. Ela é partilhada com a família, que é o primeiro espaço de aprendizagem, de valores e de cidadania.

Reconhecemos que, no Ensino Secundário, muitos pais se afastam da vida escolar, muitas vezes por falta de tempo, por dificuldades do dia a dia ou pela ideia de que os jovens já conseguem caminhar sozinhos. Contudo, a experiência mostra-nos que quando a família se aproxima da escola, os alunos sentem-se mais motivados, mais responsáveis e mais confiantes.

O escritor angolano António Jacinto defendia uma educação ligada à realidade do povo e à participação consciente de todos. A escola que queremos construir no Moxico precisa da voz de encarregados e pais, das vossas ideias e da vossa presença ativa. Não falamos apenas de comparecer quando surgem dificuldades, mas de participar de forma contínua, preventiva e colaborativa. A falta de participação dos pais na gestão escolar e encarregados de educação assim como comunidade pode trazer vários resultados negativos para a escola. Quando os pais e a comunidade não participam das atividades ou das decisões escolares, ocorre um afastamento entre a escola e as famílias, o que dificulta a comunicação e o acompanhamento do desempenho dos alunos.

Outro resultado negativo é a falta de apoio às iniciativas da escola. Sem a participação da comunidade, torna-se mais difícil organizar projetos educativos, atividades culturais ou melhorias na escola. Isso pode limitar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Além disso, a ausência de participação pode levar a decisões menos adequadas às necessidades dos alunos, pois a direção da escola pode não conhecer totalmente as dificuldades e realidades das famílias e da comunidade.

A falta de gestão participativa também pode causar menor responsabilidade compartilhada pela educação, enfraquecendo a colaboração entre escola, família e comunidade, que é essencial para o sucesso do processo educativo. A ausência da gestão escolar participativa por parte dos encarregados de educação e da comunidade pode gerar diversos problemas que afetam diretamente a qualidade da

educação e o ambiente escolar como um todo. A participação desses grupos é fundamental para fortalecer o vínculo entre a escola, as famílias e a comunidade, promovendo um espaço educativo mais democrático e colaborativo. Quando essa participação não ocorre, vários impactos negativos podem ser percebidos.

Primeiramente, ocorre um afastamento entre a escola e as famílias. Quando os encarregados de educação não se envolvem nas decisões e atividades da escola, cria-se uma distância que dificulta o acompanhamento do desempenho dos alunos. Sem essa interação, os pais ou responsáveis podem não estar cientes das dificuldades, progressos ou necessidades de seus filhos, comprometendo o apoio que poderiam oferecer fora do ambiente escolar. Essa falta de acompanhamento pode afetar a motivação dos estudantes e até prejudicar seu rendimento acadêmico.

Outro impacto significativo é a redução do apoio da comunidade às iniciativas escolares. A participação da comunidade é essencial para fortalecer projetos educativos, atividades culturais, sociais e desportivas, além de contribuir para melhorias na infraestrutura e nos recursos da escola. Sem o envolvimento da comunidade, a escola pode encontrar dificuldades para implementar essas atividades, limitando as oportunidades de desenvolvimento integral dos alunos e a criação de experiências educativas mais enriquecedoras.

A gestão da escola torna-se mais eficaz quando os pais acompanham o aproveitamento escolar dos seus educandos, dialogam com os diretores de turma, participam nas reuniões e ajudam a reforçar, em casa, os valores que ensinamos na escola: disciplina, respeito, responsabilidade e compromisso com o futuro.

Como nos recorda Manuel Rui Monteiro, a sociedade constrói-se com responsabilidade partilhada. Quando escola e família caminham juntas, criam-se bases sólidas para o sucesso académico e humano dos nossos jovens. Cada gesto de acompanhamento, cada conversa em casa, cada presença na escola faz a diferença.

Os diretores aceitam ter escola aberta, dialogante e próxima da comunidade. Uma escola onde os pais não sejam apenas espectadores, mas parceiros ativos na gestão e na construção de soluções. A legislação educativa angolana reconhece

esse papel e valoriza a participação como um dos elementos essenciais para o bom funcionamento da escola.

Inspirados por Pepetela, acreditamos que educar é também construir a nação. E essa construção começa com pequenas ações diárias: perguntar como foi o dia de aulas, acompanhar os trabalhos escolares, incentivar o respeito pelas normas da escola e acreditar no potencial dos nossos jovens.

Reafirmam o seu compromisso de manter canais de diálogo abertos, de ouvir as preocupações e de trabalhar em coletivo para melhorar a qualidade do ensino, o ambiente escolar e o sucesso dos alunos. O desejo é de fortalecer a parceria entre a família e a escola. Para juntos criarem um ambiente educativo mais humano, mais participativo e mais preparado para responder aos desafios do nosso tempo.

Quando a escola e a família caminham juntas, os alunos caminham com mais segurança, confiança e esperança.

Segundo o professor já na reforma de nome **Kanhingikine**¹⁴, explica que, durante a sua vigência aproximadamente 45 anos de serviço no ministério de educação, onde ele exerceu vários cargos até a sua reforma a gestão participativa na província do Moxico mesmo antes de ser província, ela ou os pais e encarregados de educação não são e nunca colaboraram de forma ativa, tudo porque existe os fatores que criam barreiras para uma efetivação absoluta que eremos destacar:

Fatores culturais que influenciam a gestão participativa nas escolas secundárias no moxico

A cultura local e as normas sociais profundamente enraizadas desempenham um papel preponderante na definição do envolvimento dos pais nas atividades escolares. Estas barreiras são muitas vezes mais difíceis de superar do que as barreiras físicas, pois envolvem mudanças de mentalidade e valores. A província do Moxico é culturalmente diversa, abrigando vários grupos etnolinguísticos, como os tchokwe, Mbunda, Lunda e Luvale. Essa diversidade cultural influencia diretamente a relação das famílias com a escola e a forma como a educação é valorizada nas comunidades. Existe uma crença culturalmente enraizada e predominante na região de que a educação formal é da responsabilidade exclusiva dos professores e da

¹⁴ Kanhingikine nome fictício atribuído a um Professor.

escola. A função dos pais, nesta perspetiva, limita-se a prover o sustento material, a garantir a frequência escolar básica e a transmitir valores morais e éticos em casa. Esta divisão de trabalho cria uma fronteira clara e, muitas vezes, intransponível: a escola ensina a "matéria", os pais "criam".

Além das barreiras culturais, económicas e logísticas, a forma como as escolas e os sistemas educativos estão estruturados e o contexto histórico de Angola também influenciam a participação. A gestão da escola, incluindo a definição de prioridades, a alocação de recursos ou a discussão do currículo, é vista como um domínio exclusivo dos "especialistas" da educação (professores, diretores, funcionários do sector). A participação dos pais é, nesta lógica, vista como uma "interferência" ou uma intrusão num território que não lhes pertence. Esta mentalidade de "deixar a escola fazer o seu trabalho" desencoraja a proatividade e a curiosidade dos pais em relação à gestão escolar.

Em muitas comunidades moxicanas¹⁵, o homem é visto como a figura de autoridade máxima da família e responsável por tomar decisões importantes. Contudo, devido às atividades económicas e sociais, os homens passam longos períodos fora das aldeias, o que dificulta a sua presença na escola. Embora as mulheres sejam frequentemente as cuidadoras primárias e, portanto, as mais inclinadas a interagir com a escola no dia a dia (levar os filhos, falar com o professor), as desigualdades de género limitam a sua participação na gestão formal e na tomada de decisões. Em muitas comunidades, as mulheres podem não ter a mesma liberdade de movimento, tempo disponível (devido às tarefas domésticas e agrícolas) ou autoridade para tomar decisões financeiras ou de gestão que os homens. A ausência de ambos os pais em diferentes fóruns enfraquece a gestão participativa. Por vezes, a participação masculina é desencorajada por ser vista como uma atividade "menor" ou feminina.

As mulheres, apesar de serem as mais presentes no quotidiano das crianças, muitas vezes evitam a escola por receio, timidez ou por acreditarem que não possuem escolaridade suficiente para dialogar com professores e diretores. Em diversas zonas rurais, a escola ainda é vista como uma instituição totalmente separada da comunidade. Muitos pais acreditam que a educação é responsabilidade

¹⁵ Moxicanas, pessoas de género feminino naturais do Moxico.

exclusiva dos professores, não se sentindo à vontade para participar, questionar ou acompanhar o processo educativo. Esta distância cultural gera um afastamento que prejudica a gestão participativa e no bom aproveitamento dos seus educandos. Um número significativo de pais e encarregados de educação na província do Moxico possui baixos níveis de literacia. Esta realidade cria um sentimento de inadequação e baixa autoestima em relação aos assuntos escolares. A comunicação na escola é predominantemente feita em português, o idioma oficial, através de avisos escritos, circulares ou reuniões formais. Pais que dominam apenas línguas locais (como o Luvale, tchokwe, umbundu, entre outras) enfrentam uma barreira linguística intransponível. Não conseguem entender as informações cruciais, muito menos expressar as suas preocupações ou contribuir para discussões complexas. Este fosso de comunicação exclui automaticamente uma grande parte da base parental da gestão participativa.

Embora a educação primária seja relativamente valorizada, muitos pais entendem que a continuação dos estudos ao nível secundário já não é prioritária, especialmente para raparigas. Em algumas comunidades, persiste a crença de que a mulher deve dedicar-se ao lar, ao casamento e às responsabilidades domésticas. A gravidez na adolescência é uma das principais causas de abandono escolar na província do Moxico. As jovens mães enfrentam não apenas desafios de saúde física e mental, mas também estigma social e, muitas vezes, a expulsão da escola ou a falta de apoio para regressar. O abandono escolar destas raparigas não só interrompe a sua própria educação e oportunidades de vida, como também limita severamente a sua capacidade futura de se tornarem pais/mães ou encarregados de educação informados, confiantes e ativamente envolvidos na gestão escolar. Elas não terão a base educacional para interagir de forma eficaz com o sistema escolar quando os seus próprios filhos atingirem a idade escolar.

As jovens mães vêm-se subitamente confrontadas com as exigências avassaladoras da maternidade. O seu tempo e energia, que deveriam ser gastos na aprendizagem e, futuramente, na participação cívica, são redirecionados para o cuidado do bebé e a procura de sustento para a nova família. Esta situação agrava as barreiras financeiras e culturais já existentes, tornando a gestão participativa uma realidade ainda mais distante. Os casamentos prematuros são ainda uma prática recorrente em algumas zonas do Moxico, influenciando negativamente o acesso e

permanência das raparigas na escola. Muitas raparigas deixam de estudar quando atingem a adolescência, devido à pressão cultural para o casamento. Esta prática reduz o número de jovens mulheres com capacidade educativa, diminuindo a possibilidade de participação feminina na gestão escolar e perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade. Casais muito jovens não possuem maturidade emocional nem condições económicas para acompanhar a vida escolar dos filhos. Isso dificulta a relação escola-família e compromete o apoio pedagógico aos estudantes.

As realidades económicas precárias são talvez os obstáculos mais tangíveis e imediatos que afetam a capacidade básica das famílias de se envolverem na escola. A situação económica das famílias no Moxico constitui um dos principais fatores que dificultam a participação dos pais na vida escolar dos filhos. A maioria das famílias depende da agricultura de subsistência, com rendimentos muito baixos e poucas oportunidades de trabalho formal.

Para os encarregados, **Katxambile**¹⁶ e **Xiliyaka**¹⁷ do magistério 4 de abril no Luena, uma gestão escolar participativa no Moxico-Angola exige dos gestores de educação uma mudança profunda de mentalidade, práticas e atitudes. É necessário compreender que a escola só pode alcançar qualidade quando é construída em conjunto com a comunidade. O gestor deixa de ser apenas administrador e passa a ser mediador, mobilizador e líder comunitário.

As instituições de ensino secundárias juntos os seus gestores não proporcionam um ambiente institucional aberto e inclusivo, visto que o modelo de administração local é centralizado e isso é desde o topo a base a administração é centralizada e hierarquizada, não se adota uma liderança democrática, dialogante e transparente que valoriza as opiniões dos pais e da comunidade como contributos legítimos poderia tratar os pais como parceiros da escola, e não como meros visitantes ou aqueles que só vem trazendo preocupações e não contribuir para solução da escola para que a participação não resulte em represálias ou constrangimentos.

O conselho de Escola onde inclui os pais e encarregados de educação não é garantido efetivamente, conforme a legislação educativa inclui:

- Da direção da escola;

¹⁶ Katxambile nome fictício do encarregado

¹⁷ Xiliyaka nome fictício do encarregado

- Dos professores;
- Dos pais e encarregados de educação;
- Da comunidade local.

As reuniões planificadas periodicamente onde os encarregados poderiam ser ouvidos e que eles contribuam com pauta clara não e nunca foram claras porque as reuniões tornam apenas de carácter informativo e não permitir que os pais participem nas decisões sobre plano anual da escola, disciplina e convivência escolar e no uso de recursos e pequenos projetos.

A comunicação escola-família não tem sido clara e acessível visto que a linguagem usada não é simples o que tem provocado inequívocos na interpretação dos assuntos, a comunicação não tem sido continua, se assim for continua é aquela comunicação que é punitiva que faz contatar os pais apenas para problemas disciplinares, mas para informar sobre progressos, atividades e conquistas da escola não se faz sentido. Escola e os gestores não se adaptam à realidade sociocultural dos pais, algumas reuniões deveriam ser realizadas nas aldeias ou bairros, não apenas na escola.

A luta diária pela sobrevivência e pela segurança alimentar é a prioridade número um para as famílias de baixa renda no Moxico, uma província que enfrenta desafios económicos significativos e que tem uma grande população rural dependente da agricultura de subsistência. O tempo é um recurso extremamente valioso e é direccionado para o trabalho nos campos, no comércio informal, na procura de lenha ou água, ou na busca de emprego. A participação numa reunião escolar, que não gera rendimento imediato nem comida para a mesa naquele dia, torna-se um luxo inacessível. A escolha entre garantir a refeição do dia e participar numa comissão de gestão é clara para a maioria dos pais.

A participação na gestão escolar não é gratuita. Acumula custos ocultos que pesam sobre as famílias mais pobres. Estes incluem:

Tempo de trabalho perdido: Cada hora passada na escola é uma hora a menos a trabalhar e a ganhar dinheiro ou a cultivar alimentos.

Custos de transporte: Mesmo que o transporte público fosse eficiente (o que não é o caso na maioria das áreas rurais do Moxico), ele tem um custo.

Contribuições financeiras: Muitas vezes, a participação em associações de pais ou conselho de gestão implica o pagamento de quotas ou a expectativa de contribuições financeiras voluntárias (para materiais, pequenas reparações, etc.). Estes custos, por menores que sejam, excluem automaticamente os mais pobres.

Dificuldades de transporte e deslocação segundo os encarregados

Do ponto de vista dos encarregados **X,Y e Z**¹⁸, abordaram as grandes dificuldades de transporte e deslocação estar na base, da fraca participação dos pais na gestão escolar por incapacidade financeira. A vasta extensão geográfica da província do Moxico (a maior de Angola) e a carência de infraestruturas logísticas são barreiras físicas intransponíveis que isolam comunidades inteiras. As escolas, principalmente nas zonas suburbanas e rurais, estão frequentemente localizadas a quilómetros de distância das residências de muitos e alunos e dos pais. A ausência de estradas transitáveis durante o ano letivo (muitas ficam intransitáveis na época das chuvas) e a falta de um sistema de transporte público ou escolar fiável tornam a deslocação para a escola uma tarefa árdua, demorada e, por vezes, perigosa para os pais. Percorrer longas distâncias a pé, motorizada ou bicicleta para chegar a uma reunião da comissão de pais e encarregados de educação ou mesmo da gestão escolar simplesmente não é viável para a maioria.

A dispersão populacional faz com que muitos pais vivam longe das sedes municipais ou comunais onde se encontram as escolas secundárias. A falta de transportes públicos e as longas distâncias fazem com que participar numa simples reunião seja um grande sacrifício físico, financeiro e logístico.

Embora a educação seja oficialmente gratuita para o ensino primário mas para o ensino secundário há custos indiretos como uniforme, cadernos, transporte e pequenas contribuições escolares. As famílias que não conseguem arcar com estas despesas acabam por evitar reuniões para não serem confrontadas com exigências que não conseguem cumprir, criando um ciclo de afastamento.

As famílias rurais dedicam grande parte do ano ao cultivo da terra, colheita e produção agrícola. Este trabalho árduo absorve todo o tempo dos pais, tornando difícil a participação nas atividades escolares. Mesmo reconhecendo a importância da educação, a luta pela subsistência tende a ser mais urgente.

¹⁸ X,Y e Z nomes atribuídos aos encarregados que ajudaram com informações

A baixa escolaridade dos adultos no Moxico-Angola é um fator decisivo na fraca participação familiar. Muitos pais não concluíram o ensino primário devido à guerra, deslocações forçadas e ausência de escolas.

Como resultado, enfrentam dificuldades em:

- I. Compreender comunicados da escola;
- II. Ajudar os filhos nas tarefas;
- III. Avaliar o desempenho escolar;
- IV. Comunicar-se com professores;
- V. Entender a importância da educação secundária.

Esse afastamento cria um ambiente de pouca colaboração entre escola e comunidade, prejudicando a gestão participativa. Para além dos fatores culturais e económicos, as próprias instituições escolares enfrentam desafios internos.

Muitas escolas utilizam apenas comunicados escritos usando os alunos como mensageiros para com os encarregados. Contudo, alguns pais não sabem ler português, ou os alunos não reportam as informações, dificultando o diálogo com a escola, mesmo em algumas zonas possuir a internet muitas escolas não conseguem criar um grupo de Whatsapp ou similar para facilitar a comunicação, mesmo que se crie o grupo muitos não usa os telemoveis inteligentes para o efeito.

Muitas escolas secundárias enfrentam falta de professores, excesso de alunos por turma, carência de material pedagógico e instalações inadequadas. Em tais condições, torna-se difícil mobilizar a comunidade para participação. Muitos docentes são provenientes de outras províncias e não falam as línguas locais, o que cria barreiras culturais e diminui a interação entre escola e famílias.

A gestão participativa nas escolas públicas secundárias não tem sido bem aplicada como uma estratégia eficaz no Moxico-Angola que promove o envolvimento de toda a comunidade escolar na tomada de decisões, isso faz com que não aja contributo para uma educação mais participativa e de qualidade. Essa abordagem incentiva a colaboração entre gestores, professores, alunos, pais e encarregados de educação e membros da comunidade, para fortalecer o compromisso com o desenvolvimento escolar e a melhoria contínua dos ambientes de aprendizagem escolarizado. Nesse contexto, a implementação da gestão participativa enfrenta desafios específicos, como a resistência cultural à mudança, a falta de capacitação

dos gestores escolares e recursos limitados. Segundo Silva e Santos (2018), a cultura tradicional de gestão centralizada muitas vezes impede a participação efetiva da comunidade, dificultando a democratização das decisões escolares. Além disso, a ausência de formação adequada para os gestores e membros da comunidade compromete a efetividade das ações participativas (Lima, 2019).

Por outro lado, estudos indicam que quando bem implementada, a gestão participativa pode trazer benefícios significativos, como maior transparência, maior motivação dos envolvidos e melhorias no desempenho acadêmico. De acordo com Oliveira (2020), escolas que adotam práticas participativas apresentam maior engajamento dos estudantes e uma maior sensação de pertencimento por parte da comunidade escolar. Para fortalecer essa prática no Moxico, é fundamental investir em capacitação de gestores e na sensibilização da comunidade, promovendo uma cultura de diálogo e cooperação. Além disso, políticas públicas que incentivem e apoiem a gestão participativa podem criar um ambiente mais propício para a sua consolidação (Santos; Silva, 2018).

A educação desempenha papel fundamental no desenvolvimento social, econômico e cultural de uma região. Na província do Moxico, uma das maiores de Angola, o sistema escolar enfrenta desafios relacionados à infraestrutura precária, recursos escassos e baixa participação da comunidade na gestão escolar.

A gestão participativa surge como uma estratégia inovadora para promover o envolvimento de diferentes atores na tomada de decisões, contribuindo para a democratização da escola e melhoria da qualidade do ensino (Santos; Silva, 2018).

Um caminho para o desenvolvimento educacional

A gestão escolar participativa é uma abordagem que promove a inclusão de todos os atores envolvidos na vida escolar - professores, alunos, pais, gestores e a comunidade local - na tomada de decisões que afetam a escola. Essa prática visa transformar a escola em um espaço democrático ou participativa, onde a voz de cada participante é valorizada, contribuindo para uma educação mais inclusiva, de qualidade e alinhada às necessidades específicas do contexto do Moxico.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022), a taxa de analfabetismo na província é elevada, especialmente entre mulheres e populações

rurais, o que evidencia a necessidade de estratégias que envolvam a comunidade na gestão escolar para promover mudanças sustentáveis.

A ausência de colaboração entre escola e famílias provoca numerosos efeitos negativos:

- I. Aumento do abandono escolar;
- II. Fraco aproveitamento académico;
- III. Indisciplina nas salas;
- IV. Desmotivação dos estudantes;
- V. Falta de sustentabilidade dos projetos escolares;
- VI. Sobrecarga dos professores e gestores escolares.

Essas consequências afetam a qualidade da educação e contribuem para ciclos de reprodução da pobreza.

Representante de estudantes o seu parecer

Para os representantes dos estudantes cujo nomes não revelamos, desempenham um papel fundamental no fortalecimento da democracia dentro da escola. A gestão participativa baseia-se na ideia de que todos os membros da comunidade escolar - direção, professores, funcionários, pais e alunos - devem participar de forma ativa nas decisões e no funcionamento da instituição. Nesse contexto, estudantes deveríamos deixar de ser apenas receptores do processo educativo e passaríamos a ser sujeitos ativos, contribuindo com ideias, opiniões e propostas para melhorar a vida escolar.

Uma das principais funções dos representantes dos estudantes é representar nos interesses, preocupações e necessidades dos colegas. Atuando como porta-vozes das turmas ou dos estudantes em geral, levando às reuniões ou aos espaços de decisão as opiniões e sugestões dos alunos sempre que é convocado. Dessa forma, nós estudantes temos a oportunidade de participar indiretamente na definição de regras, na organização de atividades escolares e na discussão de problemas que afetam o ambiente de aprendizagem. Outra função importante é facilitar a comunicação entre os alunos e a gestão da escola. Muitas vezes, os estudantes têm Eles ajudariam a superar essa barreira, transmitindo informações, esclarecendo dúvidas e levando as preocupações dos colegas às instâncias responsáveis. Ao

mesmo tempo, eles também informam os alunos sobre decisões tomadas pela escola, projetos educativos, mudanças nas normas ou atividades planejadas.

Os representantes dos estudantes também podem contribuir para promover a participação e o espírito de colaboração entre os alunos. Nós podemos incentivar os colegas a envolverem-se em atividades culturais, desportivas, sociais e educativas organizadas pela escola. Além disso, podemos participar na organização de eventos, campanhas educativas, debates e outras iniciativas que estimulem o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes.

Outro aspecto relevante que poderia ajudar na atuação dos representantes é colaborar na identificação e resolução de problemas dentro da escola. Ao estarmos em contato direto com os colegas, ali conseguimos perceber dificuldades relacionadas ao ambiente escolar, à convivência entre os estudantes ou às condições de aprendizagem. Assim, podemos apresentar sugestões de melhoria e colaborar com a direção e os professores na busca de soluções que beneficiem toda a comunidade escolar. Além disso, nós os representantes desempenhamos um papel importante na promoção de valores como respeito, responsabilidade, solidariedade e cidadania. Caso participar nos processos de decisão e diálogo dentro da escola, poderia ajudar a desenvolver uma cultura de participação democrática, onde todos têm o direito de expressar suas ideias e contribuir para o bem comum.

Portanto, na gestão escolar participativa, os representantes dos estudantes poderiam ser vistos como agentes de ligação entre os alunos e a administração da escola, contribuindo para uma gestão mais integrativa, transparente e inclusiva. A participação fortalece o sentimento de pertença dos estudantes à escola e ajuda a construir um ambiente educativo mais justo, colaborativo e voltado para o desenvolvimento de todos, mas nem tudo parece como se deveria, visto que o sistema de governo é hierarquizado e isso tem beliscado alguns princípios na gestão participativa desvirtuando as normas do ministério o de educação.

Benefícios da gestão participativa

A implementação de uma gestão participativa traz diversos benefícios para a escola e para a comunidade:

Melhoria na qualidade do ensino: Quando professores, alunos e pais participam das decisões, as ações pedagógicas se tornam mais alinhadas às

necessidades reais da comunidade escolar, resultando em um ensino mais relevante e eficaz.

Aumento do compromisso e da responsabilidade: A participação ativa gera maior envolvimento e responsabilidade de todos os atores na manutenção e melhoria da escola, promovendo um ambiente mais motivado e dedicado.

Transparência e controle social: Decisões democráticas reduzem a possibilidade de má gestão e desperdício de recursos, além de fortalecer a confiança na administração escolar.

Fortalecimento do sentimento de pertencimento: Quando a comunidade participa das ações escolares, ela se sente mais responsável pelo sucesso da instituição, promovendo uma cultura de cuidado e valorização da escola.

Resolução de problemas de forma coletiva: A diversidade de opiniões e experiências enriquece o processo de tomada de decisão, facilitando a identificação de soluções mais criativas e adequadas às realidades locais.

Desafios na implementação da gestão participativa

A gestão participativa a sua implementação tem um impacto significativo nos processos pedagógicos e não só, assim os resultados esperados, no processo de ensino-aprendizagem assim como na gestão educacional, uma vez que ela pode criar um ambiente escolar bem colaborativo que envolve todos os atores da comunidade escolar. De acordo com Silva, Silva e Almeida (2020, p. 68), quando os educadores, alunos, pais e Encarregados de educação participam na gestão escolar, há uma melhoria comunicação e na integração de todos os envolvidos, o que resulta em práticas pedagógicas eficazes.

Apesar de seus benefícios, a gestão participativa enfrenta diversos desafios, especialmente em contextos em que há resistência cultural à mudança, baixa capacitação dos gestores, recursos escassos e dificuldades de mobilização da comunidade, sobretudo em áreas rurais ou de difícil acesso. Além disso, muitas vezes, há uma cultura de centralização do poder, que precisa ser desconstruída para que a participação seja efetiva. As práticas de gestão participativa nas escolas provocam resultados significativos, tanto no que se refere ao comportamento dos atores escolares e do processo quanto aos desempenhos escolares.

Segundo Vieira e Bussolotti (2019, p. 65), escolas que implementaram modelos participativos de gestão observaram uma melhoria na comunicação entre os diferentes membros da comunidade escolar, o que contribuiu para um ambiente harmonioso e cooperativo. Essa maior interação entre alunos, pais, professores e gestores resultou em um ambiente acolhedor, no qual todos se sentiram responsáveis pelo sucesso escolar. A participação ativa da comunidade escolar no processo decisório favoreceu a criação de estratégias adequadas às necessidades dos alunos, o que, por sua vez, refletiu em um aumento no engajamento dos estudantes nas atividades escolares.

Silva, Silva e Almeida (2020, p. 80) destacam que, em escolas com gestão participativa, observa-se uma significativa melhoria no desempenho acadêmico dos alunos. Quando a comunidade escolar, gestores, professores, alunos e pais e encarregados de educação participam na gestão escolar, a motivação para aprender tende a aumentar, uma vez que os mesmos percebem que suas opiniões são valorizadas.

Estratégias para fortalecer a gestão participativa

Para melhorar a gestão participativa nas escolas secundárias do Moxico, tornam-se necessárias várias intervenções que promovam a cultura da participação tais como:

Envolvimento das autoridades tradicionais, o papel dos sobas, régulos e líderes comunitários é fundamental na sensibilização familiar e na mediação cultural.

A utilização de línguas como tchokwe, Lunda, Luvale e Mbunda facilita a transmissão de mensagens e aproxima a escola das famílias.

As reuniões devem respeitar o calendário agrícola e os períodos de maior disponibilidade dos pais.

É essencial reforçar Campanhas contra casamentos prematuros a proteção da criança e sensibilizar famílias sobre a importância da educação da rapariga.

Parcerias com igrejas e ONGs, estas instituições já atuam no Moxico e podem apoiar projetos de educação comunitária.

- I. **Capacitação contínua:** Promover cursos, oficinas e encontros que capacitem gestores, professores, pais e alunos sobre os princípios e práticas da gestão participativa.
- II. **Criação de espaços de diálogo:** Estabelecer conselhos escolares, reuniões periódicas e fóruns comunitários onde todos possam expressar suas opiniões e contribuir para as decisões.
- III. **Fortalecimento dos conselhos escolares:** Incentivar a formação de conselhos ativos, representativos e com funções bem definidas, garantindo a participação efetiva de diferentes segmentos da comunidade.
- IV. **Utilização de recursos locais:** Aproveitar os recursos e conhecimentos da própria comunidade para desenvolver projetos e ações que atendam às necessidades locais.
- V. **Apoio de políticas públicas:** Buscar o respaldo de programas governamentais e parcerias com organizações não governamentais que possam oferecer suporte técnico, financeiro e institucional
- VI. **Melhoria na qualidade do ensino:** Ao envolver professores, pais e alunos na definição de metas e estratégias pedagógicas, as ações tornam-se mais contextualizadas às realidades locais, aumentando a eficácia do ensino.
- VII. **Fortalecimento da comunidade:** A participação ativa promove o fortalecimento dos laços entre escola e comunidade, criando uma cultura de cooperação e apoio mútuo.
- VIII. **Transparência e controle social:** Decisões democráticas reduzem a possibilidade de má gestão de recursos e aumentam a confiança na administração escolar.
- IX. **Capacitação e autonomia:** A participação estimula a formação contínua de gestores e professores, além de promover maior autonomia na resolução de problemas cotidianos.

CAPÍTULO IV

PAPEL DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA GESTÃO PARTICIPATIVA: Uma perspectiva nas escolas secundárias no Moxico-Angola

A gestão das instituições escolares contemporâneas em Angola insere-se no quadro mais amplo de democratização da educação e de participação comunitária, onde pais e encarregados de educação procuram assumir um papel progressivo no processo educativo e na gestão escolar. Contudo, essa participação não é um fenómeno recente: para compreender o seu desenvolvimento, é necessário observar o contexto histórico do sistema educativo angolano antes da independência em 1975, quando a educação estava fortemente condicionada pelas políticas coloniais portuguesas.

A gestão escolar era centralizada pelo Ministério da Educação Colonial (Portugal), com pouca autonomia local e praticamente sem participação da comunidade escolar. Família tinha função principalmente assistencial, garantindo a frequência das crianças à escola quando possível, os pais e encarregados eram observadores passivos, sem influência nas decisões pedagógicas ou administrativas da escola. A participação da família estava ligada a funções sociais ou financeiras, como fornecer material escolar ou incentivar a frequência, mas não havia órgãos de gestão participativa.

Diretores e professores detinham total autoridade sobre currículo, disciplina e organização escolar, não existiam conselhos escolares ou comissões de pais que pudessem opinar nas decisões. A gestão participativa em escolas públicas angolanas ganhou maior relevância após a independência nacional, com normativos que promovem a inserção dos pais nas estruturas de decisão escolar, incluindo conselhos ou comissões representativas.

Segundo Ricardo do Rosário Canepa, (2020) , analisou a participação dos pais em escolas de Angola, essa participação é essencial para a construção de uma escola democrática, embora na prática muitas vezes não seja visível nem efetiva, devido a limitações de espaço e abertura das escolas para a cooperação com os encarregados de educação.

Canepa (2020), aponta que, apesar de os normativos reconhecerem o papel dos pais e encarregados de educação, as oportunidades de participação real nas decisões e na gestão ainda são insuficientes em muitas escolas angolanas, limitando a efetividade de um modelo verdadeiramente participativo.

Outros investigadores, como João Israel Cabamba (2019), destacam o impacto positivo da participação familiar na formação de hábitos de estudo e no reforço de valores morais e cívicos nos educandos, indicando que a presença dos encarregados de educação tem implicações diretas na qualidade do processo ensino-aprendizagem e na gestão educativa.

No contexto mais amplo das escolas secundárias na província do Moxico, o papel dos pais e encarregados de educação deve ser entendido como uma colaboração ativa nas esferas de decisão escolar, quer através de conselhos consultivos, quer no reforço da ligação escola-família-comunidade. Este papel compreende apoio à gestão escolar local ao trazer perspetiva familiares sobre necessidades educativas e sociais específicas da comunidade.

Fortalecimento da comunicação escola-família, essencial para alinhamento de objetivos pedagógicos e de bem-estar social.

Promoção da participação ativa nas reuniões, projetos e iniciativas comunitárias que contribuem para o ambiente educativo.

A participação de pais e encarregados de educação na gestão participativa das escolas secundárias em Angola tem raízes que só se procura consolidar plenamente após a independência, em contraste com a situação colonial em que suas funções eram restritas ao simples apoio à frequência escolar como mostra a tabela comparativa:

Ver **quadro 6** - *Comparação da gestão escolar antes e pós independência.*

Aspecto	Antes da Independência	Pós-Independência
Gestão escolar	Centralizada, autoritária	Participativa, democrática
Participação dos pais Conselhos e comissões	Observadora/passiva	Ativa,
Objetivo da escola	Assimilação colonial	Formação integral e cidadã
Frequência da população rural	Baixa	Crescente, com políticas inclusivas

Fonte: Vieira 2007.

Antes da independência de Angola, em 1975, o sistema educativo era profundamente marcado pela colonização portuguesa. A educação formal estava centrada nas áreas urbanas e nas populações assimiladas, com acesso limitado para a maioria da população. A gestão escolar era centralizada e autoritária, e a participação de pais e encarregados de educação era praticamente inexistente, sendo raramente valorizada pelo estado colonial.

A análise de Ricardo do Rosário Canepa (2020) e outros estudos locais mostra que, embora a legislação reconheça a participação familiar, ainda existem desafios significativos na sua operacionalização prática nas escolas secundárias. Esse modelo de gestão escolar e a própria escola, são de inteira responsabilidade do corpo diretivo da escola. Apesar dos estudos, das pesquisas, das inovações em todas as áreas do conhecimento humano, infelizmente essa característica escolar ainda é a mais encontrada no nosso contexto educacional angolano. A perspectiva que relaciona a educação e administração se constrói por meio de caminhos interligados. Segundo Vitor Paro: Se administrar é utilizar racionalmente os recursos para a realização de fins determinados, administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos na forma de alcançá-los (Paro, 2001, p.7) de acordo com Marsiglia (2011):

A escola configura-se como uma instituição social que tem como papel primordial o acesso do conhecimento sistematizado daquilo que a humanidade já produziu. Esse conhecimento se torna necessário às novas gerações, pois possibilita o avanço a partir do que já foi construído historicamente.

A escola, para realizar esses objetivos necessita de uma gestão participativa para a tomada de decisões e a direção para controle dessas decisões, o que para os estudos de Libâneo (2013), no que toca à organização e gestão como visão revela:

- a) - Promover as condições, os meios e todos os recursos necessários ao ótimo funcionamento das escolas e do trabalho e sala de aula;
- b) - Promover o envolvimento das pessoas no trabalho por meio da participação e fazer o acompanhamento e a avaliação dessa participação, tendo como referência os objetivos de aprendizagem;
- c) - Garantir a realização da aprendizagem de todos os alunos (Libâneo, 2013, p. 88).

Sob este olhar, percebemos que a gestão participativa é vista como uma atividade que se norteia através de procedimentos, métodos e meios para alcançar os objetivos da organização. Paro (2001) também contribui com a análise quando destaca que: Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisa ser transformado o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola (Paro, 2001, p. 10). Destacamos que em uma linha histórica, a organização e gestão escolar eram concebidas tendo como referência as teorias utilizadas pela Ciência Administrativa.

A gestão escolar é uma espécie de modelo educacional elaborado pelas instituições de ensino. O objetivo é impulsionar e coordenar diferentes dimensões das habilidades, dos talentos e, também, da dita competência educacional de todos os intervenientes, aprimorando o ensino. O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva (Luck, 1998, p.37).

Da mesma forma que o Ferreira (1999), gestão significa ato de gerir, gerenciar, administração.

Gestão significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão -, de quem tem consciência do coletivo – participativa -, de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação (Ferreira 1999, p. 1241).

No entanto, podemos perceber que a gestão é tomada de decisão, organização é direção. [...] processo de aprendizado e luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas iluminada, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e,

consequentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas práticas educativas. De acordo com:

[...] gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo de participação e compartilhamento (Luck, 2009, p. 24).

Ademais, a administração escolar deve estar articulada às demandas sociais e ao cumprimento de determinados fins. Com as movimentações históricas na busca de uma educação para todos, vem à tona mudanças nas estruturas organizacionais em prol de uma prática participativa. A análise da participação dos pais na gestão da escola leva-nos a estudar em primeira instância o que se entende por participação. É um termo muito frequente nos discursos sobre a educação, o que acaba por determinar uma descaracterização do seu significado, assim sendo, baseamo-nos em alguns autores. Na perspectiva de Lima (1998, p.22) o conceito de participação surge geralmente associado ao conceito de democracia. Para o autor, tal associação entre os dois conceitos, nota-se sobretudo no quadro da “Ciência Política e do Direito”, que cujo contributo para a compreensão dos fenómenos de participação nas organizações, não pode ser desprezado. O autor alude igualmente que o conceito de participação no contexto da democracia participativa, pode assumir diversos cambiantes resultado de diferentes pontos de vista.

O ponto de vista mais conservador é algo pessimista em relação ao conceito de participação, identificando-o ou associando-o ao caos e à subversão de certos valores considerados fundamentais.

O ponto de vista liberal, admitindo embora a democracia como princípio, tende a reduzi-la à sua forma representativa e, mesmo esta, apenas no quadro de certas decisões políticas globais, e dificilmente em condições particulares de funcionamento e da vida das instituições, como empresas e escolas etc. (Lima, 1998, p.24). No que se refere à participação de diferentes atores educativos nos processos decisórios, salientamos a dos pais e encarregados de educação.

Na perspectiva de Lima (1992) participar ganha um significado de capacidade de ação, nas suas palavras, A participação verdadeira exige muito mais do que o

acesso à informação e o direito de ser informado, a publicidade participativa dos atos, as propostas e sugestões, as auscultações e outros processos eventualmente despojados de poder de decisão (p.1072). Segundo Gouveia (2009) a participação dos pais e encarregados de educação evoca o direito da família ao acompanhamento do processo escolar, sendo parte dele.

Numa visão mais diacrónica, segundo Piedade (2013), a partir do século XVIII a escola passou a ser o alicerce do Estado e da Sociedade, tornando-se um instrumento especial ao serviço da educação. Ainda para o autor, a escola e a família são duas instituições centrais na sociedade cada vez mais global e multifacetada. Na família tem se verificado um processo de mudança muito mais acentuado e acelerado do que na escola. Na mesma perspetiva, Piedade afirma que, O processo de educação implica a participação de todos os agentes de socialização, nomeadamente a família, a comunidade, a escola e toda a sociedade em geral. E aponta a família como base do conhecimento sobre o mundo e de integração da criança no meio que a circunda (2013, p. 22). No critério de Gouveia (2009), a escola estabelece-se como um sistema de ação, onde todos os atores educativos vão desenvolver estratégias, definindo a sua maneira de participar e de estar na escola. E, reforça afirmando que, A forma como todos estes intervenientes vão interferindo na organização, vai depender da interpretação que estes fizerem dos objetivos organizacionais, dos objetivos pessoais, dos constrangimentos do sistema de ação e das margens de liberdade que cada resolver utilizar (p.45).

A participação dos pais e encarregados de educação nas organizações educativas constitui um pressuposto decisivo e um fortalecimento das mesmas, uma vez que favorece a competência cívica e a política, conceitos que se referem à capacidade do indivíduo de influenciar o processo decisório. Daqui resulta objetivamente a necessidade de escola e família se tornarem parceiros privilegiados de todo o processo educativo para que desta interação permanente se possa obter um desenvolvimento harmonioso e equilibrado da criança, na condição de estudante.

A participação dos pais na gestão escolar, é um direito consignado na lei em diferentes países e pelas organizações mundiais. No entanto, como afirmam vários

autores (Lima, 1993; Martins, 2003; Canepa, 2020) é necessário analisar as práticas de participação em contexto organizacional, nomeadamente na escola.

A república de Angola é um estado democrático e de direito, por isto, todo cidadão angolano ou estrangeiro que se encontra dentro do território nacional de forma legal sente-se livre. Lembramo-nos a existência da Lei nº 17/16, de 07 de outubro, no Artigo 6º que refere o direito da participação na resolução dos problemas, ou seja, do cidadão participar da resolução dos problemas dos diferentes níveis de ensino, respaldados pelo Artigo 3.º, alínea e) do Decreto Presidencial nº 109/11, de 26 de maio, atinente ao princípio da participação.

No mesmo sentido constatamos que no Artigo 2º do regulamento dos pais e encarregados de educação prevê que, “a comissão de pais e encarregados de educação tem por finalidade prestar a melhor colaboração entre os pais e encarregados de educação, alunos, professores e corpo diretivo da respetiva instituição, visando a correta formação dos seus educandos”. Assim sendo, de forma genérica aos pais e encarregados de educação é lhes reservado um papel de cooperação permanente com a escola, criando-se oportunidades para uma administração e gestão escolar com a participação dos pais, mais aberta e inclusiva. Ideia reforçada no artigo 4º do mesmo regulamento como se pode ler, aos pais e encarregados de educação é reconhecido o direito de participação na vida da escola, que se pode concretizar através da colaboração em iniciativas visando a promoção da melhoria da qualidade e da humanização da escola, bem como em ações motivadas de aprendizagens e da assiduidade dos alunos.

Podemos salientar que o referido regulamento da comissão¹⁹ de pais e encarregados de educação nas escolas dos subsistemas de ensino não superior aponta para a participação dos pais na gestão, uma vez que é informado aos pais e encarregados de educação, que têm um espaço reservado para a sua intervenção ou cooperação nos diversos órgãos da escola. Embora, o ponto não especifique de concreto o espaço de intervenção ou de cooperação entre a escola e a comissão de pais e encarregados de educação, as alíneas J e K do artigo 7º do referido regulamento que se seguem, nos servem de lentes para o estudo desta realidade:

¹⁹ A comissão de pais e encarregados de educação é um órgão de representação da comunidade escolar formado por pais e/ou responsáveis legais pelos alunos.

j) - Identificar problemas que afetam o desenvolvimento das atividades e propor soluções que potenciem a harmonia entre a comunidade escolar.

k)- Ajudar a melhorar a gestão participativa e transparente da escola. Não obstante a participação consagrada nos normativos acima referenciados, também se torna importante a análise da participação praticada.

Composição da comissão de pais e encarregado de educação

A Comissão de pais e encarregado de educação é composta por um encarregado de cada classe, e representada no máximo por 15 (quinze) elementos, dependendo do número de alunos matriculados e turmas constituídas, ela é dirigida por um coordenador, um coordenador-Adjunto, um secretário, um financeiro e coordenadores das subcomissões.

A comissão de pais e encarregados de educação é constituída pelas seguintes subcomissões:

- Subcomissão do ensino primário;
- Subcomissão de classe;
- Subcomissão de curso; (*para I ciclo técnico profissional e II Ciclo do ensino secundário*).

Essas subcomissões são compostas e dirigidas por um pai ou encarregado que exerce a função de coordenador e coadjuvado por um secretário e um membro, nomeados pelo coordenador da comissão de pais e encarregados de educação. Compete à subcomissão do ensino primário tanto a subcomissão de curso que é aplicada ao II ciclo do ensino secundário o seguinte:

- Compete ao acompanhamento dos educandos do ensino primário na escola nas suas atividades escolares e extras escolares;
- É da responsabilidade da subcomissão responder com prontidão aos problemas prementes dos educandos que venham surgira na escola;
- Recolha de informação e produzir relatórios para reportar à comissão de pais e encarregados de educação.

A Comissão de pais e encarregados de educação reúne ordinariamente, duas vezes por ano, sendo a primeira, 30 dias após o início do ano letivo, no máximo,

para elaborar e aprovar o seu programa de trabalho e, a segunda, no final do ano letivo, para aprovar o relatório das atividades desenvolvidas prestação de contas do exercício, extraordinariamente, sempre que necessário.

É da responsabilidade do coordenador da comissão de pais e encarregado de educação convocar uma assembleia geral e pode convocar o diretor provincial, o diretor municipal, o administrador municipal, o diretor da instituição, os professores, os representantes dos alunos e outras entidades para participar na referida assembleia da escola:

1. Eleger e dar por findo o mandato da comissão de pais e encarregados de educação em cada ano letivo;
2. Decidir sobre a comparticipação financeira (quota) dos pais e encarregados de educação;
3. Analisar as questões de interesse da comunidade escolar;
4. Propor à direção da escola soluções aplicáveis e funcionais que contribuam para o melhoramento do desempenho de todos os componentes do processo docente educativo;
5. Procurar soluções de aplicação local, e sempre que necessário recorrer a intervenção de outros membros da comunidade, com vista à melhoria da vida dos educandos nos domínios académico, cultural, social, cívico, ético e humano;
6. Identificar atividades e outras formas de comparticipação dos pais e encarregados de educação com o objetivo de melhorar o desempenho e funcionamento da instituição de ensino dos seus educandos;
7. Participar na avaliação de desempenho da escola;
8. Apresentar, discutir e aprovar o relatório de atividades e de contas.

O secretariado sendo órgão de auxílio à comissão, compete ao secretariado a seguinte responsabilidade:

Organizar e assegurar o secretariado das reuniões da comissão, garantindo a elaboração das atas das reuniões e acompanhamento à evolução dos processos e respectivos pareceres e recomendações, elaborar o programa de trabalho, relatórios das atividades desenvolvidas assim como organizar e proceder ao arquivo de toda a documentação e processos destinados à comissão, dar pareceres sobre o relatório

de atividades e contas da comissão e por último devem organizar os encontros dos pais e encarregados de educação para promover a resolução das questões que interessam à vida dos educandos, sem prejuízo do contato direto de cada um dos pais e encarregados de educação com os professores ou com os órgãos escolares.

O Coordenador da comissão é o órgão eleito pelos membros eleitos a partir da assembleia e tem as seguintes tarefas:

1. Aprovar os programas e os planos da comissão dos pais e encarregados de educação da escola.
2. Dirigir e manter o controlo ou supervisão das atividades da comissão;
3. Assinar as atas e o plano de despesas feitas pela comissão;
4. Convocar e presidir as reuniões da comissão de pais e encarregados de educação e os respectivos trabalhos;
5. Representar os pais e encarregados de educação em diferentes órgãos de gestão escolar, sempre que é convidado;
6. Incentivar aos demais encarregados de educação e pais a participação ativamente de outros sectores na busca de soluções para a harmonização da comunidade escolar;
7. Participar na planificação das atividades extracurriculares e extraescolares, promovendo a melhoria do sucesso escolar, mediante a intervenção da comunidade;

A comissão de pais e encarregados de educação ela possui a sua própria gestão de finanças através receitas adquiridas pela própria comissão.

Compete à gestão de finanças, o seguinte:

- a) Gerir os bens da comissão;
- b) Elaborar o relatório de contas e submetê-lo à aprovação da assembleia geral;
- c) Verificar, periodicamente, a legalidade das despesas efetuadas pela comissão.

Os fundos provenientes das doações destinam-se única e exclusivamente para a melhoria das condições físicas e materiais da escola, embelezamento e realização de atividades culturais, recreativas e de solidariedade. Compreendem-se como receitas da comissão de pais e encarregados de educação: quotas dos seus

membros; Os donativos e subsídios que eventualmente lhes venham a ser atribuídos. Elas devem ser depositadas numa conta bancária conjunta, aberta em nome da comissão, sendo que a sua movimentação exige no mínimo 3 (três) assinaturas.

A movimentação da conta bancária pela comissão de pais e encarregados de educação deve contribuir para a materialização do projeto educativo da escola (PEE).

Ela é constituída por todos os pais e encarregados de educação dos alunos da escola, eleitos por votação direta e presencial em assembleia geral no início de cada ano letivo, por votação secreta.

Para a eleição dos membros das comissões de pais e encarregados de educação deve-se constituir um júri composto por três elementos:

- a) Presidente do júri;
- b) Um secretário;
- c) Um vogal.

Os membros das comissões de pais e encarregados de educação são delegados pelos pais e encarregados de educação por um período correspondente a um ano letivo e podem ser reeleitos para os mandatos subsequentes desde que os seus educandos permaneçam na mesma instituição de ensino e tenham demonstrado uma participação efetiva nas atividades realizadas no ano anterior.

Para efeitos do presente regulamento são direitos dos pais e encarregados de educação, os seguintes:

- a) Participar nas reuniões e nas assembleias gerais;
- b) Eleger ou ser eleito coordenador da comissão;
- c) Propor a realização de atividades extracurriculares;
- d) Ser indicado para coordenar alguma atividade programada pela comissão;
- e) Solicitar, em assembleia geral, esclarecimentos à direção da escola sobre o funcionamento da escola.

Para efeitos do presente regulamento são deveres da comissão de pais e encarregados de educação, os seguintes:

1. Colaborar com os professores no desempenho da sua atividade pedagógica, em especial quando forem solicitados para tal;

2. Colaborar com os órgãos da escola não só nas atividades escolares como nas atividades extraescolares, sejam elas de natureza desportiva, cultural, recreativa ou social;
3. Contribuir para a prevenção da disciplina na escola e para a harmonia da comunidade educativa, quando para tal forem solicitados;
4. Contribuir para o correto apuramento dos factos em processo disciplinar;
5. Contribuir para a preservação da segurança e integridade física e moral de todos os que participam na vida da escola;
6. Contribuir para a elevação do nível participativo dos pais e encarregados de educação nas atividades da instituição de ensino
7. Conhecer a legislação que lhe diz respeito, nomeadamente o regulamento da comissão e o interno da instituição de ensino.

Os membros da comissão são passíveis de penalizações de advertência e de suspensão, nos casos em que a sua conduta se torne incompatível com os preceitos do regulamento. As suas tarefas devem estar inseridas no plano anual da escola.

A pesar de existir o Decreto Executivo nº 118/24 de 29 de Maio que define as regras e funcionamento da comissão de pais e encarregados de educação, muitos pais não conhecem essa realidade, dos seus direitos e deveres de participar ativamente nas atividades da escola onde os seus filhos frequentam, isso não apenas no Moxico-Angola nas escolas secundárias onde os pais só aparecem de forma massiva no ato de matrícula para conseguir uma vaga do seu educando e no final do ano letivo caso que o seu filho reprovar ou seja não passar de classe aí os encarregados aparecem para trazer montão de reclamações afim de fazer transitar o seu educando, e durante o ano letivo ou no decorrer das aulas muitos pais e encarregados de educação refutam as suas presenças na escola mesmo sendo convidados para participar nas assembleias da escolas o que tem tornado as escolas um depósito de seus educandos, onde a gestão participativa não se efetiva, e deixando a responsabilidade apenas para os gestores, professores e funcionários da instituição.

Tipologias para análise da participação

A participação dos pais e encarregados e alunos de educação na gestão escolar é essencial para a construção de um ambiente educacional democrático e

eficaz, pois fortalece a relação entre a escola e a comunidade, promovendo a colaboração mútua em favor da qualidade educacional.

Os alunos e pais são partes fundamentais no processo de gestão escolar, pois suas experiências e perspectivas contribuem para o planejamento de ações alinhadas às necessidades da comunidade escolar. (Silva; Silva; Almeida, 2020, p. 70).

Para desenvolver uma análise à participação praticada, Lima elabora uma tipologia de participação na organização escolar, na qual fornece ferramentas de classificação da participação praticada pelos atores educativos no contexto escolar. O autor constrói uma grelha analítica da participação praticada de acordo com a seleção de quatro critérios.

Primeiro critério é o democraticidade, consiste no “tipo de intervenção previsto para os atores participantes, consoante o seu acesso e a sua capacidade de influenciar a decisão e de decidir” (Lima, 1992, p.179). Este critério diz respeito à sua forma: direta ou indireta.

Segundo Critério, o princípio do autor, de um conjunto de aspetos que podem ser associados ao carácter democrático da participação destaca-se, a participação direta, faculta a cada indivíduo, na base dos critérios estabelecidos, a sua intervenção direta no processo de tomada de decisões (por exemplo: o direito de voto) ou a intervenção no processo de decisão. Por outro lado, quer dizer que esta forma na participação dispensa a mediação de representantes.

A participação indireta, por sua vez, é realizada por intermédio de representantes designados para o efeito. Como o refere Lima (1992), Instituída com base nas dificuldades e, por vezes, nos inconvenientes, em fazer participar diretamente todos os interessados no processo de tomada de decisões, a participação indireta é levada a cabo através de representantes, os quais podem ser designados por diferentes formas e com base em diferentes critérios – eleição direta por todos os membros da organização ou somente por certas categorias, eleição no âmbito de certos departamentos, eleição individual ou por lista, variando os critérios de elegibilidade ou recorrendo a combinações de diferentes processos de designação (eleição- nomeação concurso ...), etc. (p.179). O segundo critério, apresentado pelo autor, para análise da participação praticada é a Regulamentação. Sobre este ponto, segundo Lima (1992), nas organizações formais a Epstein (1997), Vincent (1996). Na realidade portuguesa Lima (1992). É uma participação através

de representantes, dada a impossibilidade da participação de todos no processo de tomada de decisões. Participação é, geralmente, uma participação organizada que carece de regulamentação. O autor afirma que: A existência de regras de participação constitui, de resto, não só um requisito organizacional, justificável em termos operativos, mas também uma base de legitimação importante, um recurso e uma salvaguarda de que os atores, particularmente os subordinados, podem lançar mão para reivindicar, ou simplesmente para assumir, determinadas formas de intervenção. Entre as situações caracterizadas, por um lado, pela existência de regras formais- legais, eventualmente detalhadas e precisas, e, por outro, pela existência de regras regularidades mais imprecisas, de atualização eventualmente mais espontânea (1992, p.180).

Assim, a participação em termos da regulamentação pode ser: formal, não formal e informal:

A participação formal é aquela que obedece às orientações legais decretadas, devidamente estruturadas em documentos (estatutos, regulamentos e outros) com força legal (cf. 1991, p.180).

A participação não formal, é orientada por um conjunto de regras definidas na organização e geralmente enquadradas nas normas legais. Uma vez elaboradas pelos atores no seio da organização, podem contribuir para uma maior participação e constituir uma alternativa às regras formais. De destacar que estas normas, uma vez elaboradas pelos atores no seio da organização, podem promover uma maior participação.

Em todo o caso, a participação praticada por referência a regras não formais representará sempre uma interpretação organizacionalmente localizada das regras formais, podendo de diversas formas constituir-se como adaptação, ou mesmo como alternativas (Lima, 1992, p.181).

A participação informal é realizada por referência a regras informais, não estruturadas formalmente, produzidas na organização e geralmente partilhada em pequenos grupos. Como afirma Lima, “relembra de regras que podem não ser percebidas enquanto tal, mas que constituem orientações informais atualizadas, por vezes com uma certa regularidade, eventualmente à margem de estatutos e de regulamentos” (1992, p.181). Ainda no que se refere a participação informal, o autor

afirma que, “trata-se de uma participação que, pelo menos, acrescenta sempre algo à participação formal e à participação não formal, podendo ser orientada em sentidos diversos aos apontado por aquelas” (1992, p.181).

A terceira categoria da grelha construída por Lima é o Envolvimento. Para este autor, toda participação acarreta algum tipo de envolvimento, seja traduzido em formas de ação e de comprometimento. Assim, o envolvimento caracteriza uma atitude de maior ou menor empenho dos atores nas atividades organizacionais, de forma a evidenciar determinados interesses e soluções. Por isso, a participação dos atores pode refletir atividade-dinamismo, “calculismo” ou passividade. Como afirma Lima, “é possível classificar o modo como um ator ou grupo/categoria de atores participa na organização por referência a um contínuo um que agrupa e organiza elementos que, em última análise, são de caráter avaliativo” (1992, p.182).

Nesse critério, segundo a perspectiva do autor, observa-se: participação ativa, que caracteriza atitudes e comportamentos de elevado envolvimento na organização, individual ou coletivo. Este tipo de participação, traduz capacidade de mobilização para ação, conhecimento aprofundado de direitos e deveres e possibilidades de participação, atenção e vigilância em relação a todos os aspetos considerados pertinentes, afirmação, defesa e alargamento das margens de autonomia dos atores e da sua capacidade de influenciar as decisões (1992, p.182).

A participação reservada, que se caracteriza por uma atividade menos voluntária, mais expectante ou mesmo calculista, através da qual não empenha definitivamente recursos. Este tipo de participação, segundo o autor situa-se, teoricamente, num ponto intermédio entre a participação ativa e a participação passiva. Como afirma, “não rejeitando a priori a possibilidade de intervenção e o recurso a participação ativa, orientasse, contudo, com diferente sentido tático, podendo evoluir, até por arrastamento, para formas de participação ativa ou passiva” (Lima, 1992, pp.182-183).

A participação passiva que é, frequentemente, uma estratégia de não envolvimento ou de um envolvimento mínimo, sem expressão na ação, como afirma Lima, O absentismo em geral e a falta de comparência a certas reuniões, as dificuldades de eleição de representantes, a resistência oferecida à aceitação de certos cargos e funções, a falta de informação e o desconhecimento da

regulamentação em vigor na organização, especialmente a relativa à participação (1992, p.183).

O quarto e último critério da grelha analítica da participação praticada elaborada pelo autor, é a Orientação. Esta consiste na participação dos atores orientada de acordo com diferentes objetivos com expressão na organização podendo-se, a propósito falar de objetivos da organização e de objetivos na organização. Assim nesse critério, observa-se a participação convergente, que é uma participação orientada para o consenso, no que se refere aos objetivos. Este tipo de participação é observado quando as pessoas se identificam na generalidade com os objetivos formais da organização e participam de uma forma mais ou menos consensual para a sua consecução. Desta feita, a participação, sendo objeto de consenso, pode contribuir para um maior envolvimento nas atividades da organização.

Ainda à participação convergente:

Afirma que, a convergência em relação aos objetivos oficiais pode ainda, pelo contrário, configurar-se como divergência em relação a hierarquia organizacional sempre que esta promova, não formalmente, outros objetivos, ou substitua unilateralmente aqueles (Lima, 1992, p.184).

A própria interpretação rigorosa, à letra, dos objetivos oficiais pode estar na origem de orientações excessivamente zelosas, utilizadas como recurso contestatário e de oposição.

A participação divergente é uma interpretação diferente e consiste numa forma de contestação ou aquela em que os atores não se reveem nos objetivos formais da organização e assumem perspectiva diferentes fazendo valer as suas opiniões. Tais atitudes, geralmente para uns, podem ser consideradas de contestação para outros, são ideias diferentes, indispensáveis para o desenvolvimento (Lima, 1992).

Também no concernente à participação divergente, afirma Lima (1992) que, Não obstante, ela pode ser diferentemente interpretada como uma forma de contestação ou de boicote reacionária ou progressiva, ou como uma forma de intervenção indispensável (embora menos aceite ou recusada de um ponto de vista formal) com vista à renovação, ao desenvolvimento, à mudança (p.185). Portanto, com base nos critérios enunciados (democraticidade, regulamentação, envolvimento e orientação) e através de um processo de conjunção de diferentes formas e tipos

de participação, será possível estudar e qualificar a participação pelos atores na organização (Lima, 2011, p.88). Ainda de acordo com Lima (1992, p.185) o processo de conjugação dos quatro critérios acima apresentados “revela-se” pertinente para a compreensão das diferentes formas e tipos de participação na escola. Assim, para diversos autores, a partir dos seus estudos e constatações, participar como encarregado de educação na escola é um processo que ocorre de diferentes formas, ainda nesse âmbito, Sá identifica a “não participação passiva”, “não participação ativa” e “não participação originária” níveis ou graus, em função da abertura da escola, da sua cultura organizacional e das próprias representações de democracia entre os diversos envolvidos.

Atribui à escola a responsabilidade de tomar a iniciativa no envolvimento das famílias, pois, sendo a relação entre a escola e as famílias uma relação entre culturas e havendo uma hierarquização social destes, a escola encontra-se numa posição de poder representar a cultura socialmente dominante (Villas-Boas, 2001).

A relação escola-família tem sido, assim, objeto de investigação e de debate. Silva (2011) refere que “quanto mais estreita a relação entre escolas e famílias, maior o sucesso educativo das crianças e jovens” (p.116).

A ausência de gestão participativa também pode resultar em decisões menos adequadas ou pouco representativas da realidade dos estudantes. Quando apenas a direção ou um grupo restrito decide sobre normas, projetos ou atividades sem ouvir a opinião dos encarregados de educação e da comunidade, existe o risco de que as decisões não correspondam às necessidades reais dos alunos ou do contexto social em que a escola está inserida. Isso pode gerar insatisfação entre alunos e familiares, além de reduzir a eficácia das políticas e medidas adotadas.

A educação é um processo que envolve a colaboração entre escola, família e comunidade. Quando os encarregados de educação não participam ativamente, a escola acaba assumindo sozinha grande parte das responsabilidades, o que pode sobrecarregar a instituição e diminuir a qualidade do acompanhamento individual dos estudantes. Além disso, os alunos podem perceber uma menor valorização da educação e uma falta de compromisso coletivo.

A falta de participação também prejudica o desenvolvimento de valores democráticos e de cidadania. A gestão escolar participativa ensina aos alunos a

importância do diálogo, da colaboração, do respeito às diferentes opiniões e da tomada de decisões coletivas.

Sem a presença ativa dos encarregados de educação e da comunidade, perde-se uma oportunidade valiosa de reforçar esses valores, comprometendo a formação cidadã dos estudantes e o fortalecimento de uma cultura de participação e responsabilidade social.

A ausência de pais e encarregados de educação na participação da gestão escolar, pode gerar um ambiente escolar menos harmonioso e colaborativo. O diálogo entre escola, famílias e comunidade contribui para a construção de relações de confiança, para a prevenção de conflitos e para a resolução de problemas de forma conjunta. Quando essa interação não existe, aumenta a probabilidade de mal-entendidos, desconfiança e desmotivação, prejudicando o clima escolar e tornando a escola um espaço menos acolhedor e menos eficiente para a aprendizagem, por isso os encarregados são parceiro importante para uma gestão escolar colaborativa.

Em muitos contextos educacionais no Moxico-Angola, constatamos que a gestão escolar ainda é predominantemente centralizada, autoritária ou pouco democrática, com pouca efetiva participação de pais, encarregados de educação e da comunidade escolar em geral — o que compromete em algum certo momento a qualidade da educação e o desenvolvimento institucional.

Um modelo de gestão em que as decisões são tomadas apenas pela direção ou por um pequeno grupo de gestores, sem a participação efetiva dos restantes membros da comunidade escolar. Pesquisas em escolas secundárias do Moxico-Angola apontam que, na prática, ainda predomina uma gestão autocrática, em que há pouca colaboração e diálogo entre gestores, professores, encarregados e alunos, o que pode reduzir o desempenho profissional e o rendimento escolar.

CONCLUSÕES

Angola, antes da Independência, revela um sistema colonial centralizado, excludente e discriminatório, cujo objetivo principal não era o desenvolvimento do povo angolano, mas a manutenção do domínio colonial. Autores como Agostinho Neto denunciavam, em seus escritos, a alienação cultural e a negação do direito à educação à maioria da população africana, evidenciando como a gestão colonial reforçava as desigualdades sociais e raciais.

Com a Independência, em 1975, inicia-se uma nova fase na gestão da educação, marcada pela nacionalização do ensino e pela tentativa de democratização do acesso à escola. Segundo Pepetela, a educação passa a ser encarada como um instrumento essencial para a construção da identidade nacional e da consciência histórica do povo angolano. No entanto, a gestão educacional pós-independência enfrentou sérios desafios, como a guerra civil, a escassez de recursos humanos e materiais e as dificuldades de organização administrativa.

Autores como Manuel Rui Monteiro e Luandino Vieira destacam, de forma crítica, as contradições do período pós-independência, mostrando que, apesar das boas intenções políticas, a gestão da educação nem sempre conseguiu responder de forma eficaz às necessidades da população. Ainda assim, houve avanços significativos no combate ao analfabetismo, na expansão da rede escolar e na valorização da cultura e das línguas nacionais. A gestão da educação em Angola evoluiu de um modelo colonial excludente para um sistema nacional orientado para a inclusão e a soberania educativa. Apesar dos desafios persistentes, a educação continua a ser um pilar fundamental para o desenvolvimento social, cultural e económico do país.

A fraca gestão participativa nas escolas secundárias da província do Moxico resulta de um conjunto de fatores interligados, como tradições culturais, limitações económicas, casamentos prematuros, baixa escolaridade dos pais, distâncias geográficas e fragilidades institucionais. Esses aspetos comprometem a boa relação entre escola e comunidade e influenciam negativamente o desempenho académico dos alunos.

Existe gestão escolar pouca participativa caracteriza-se pela falta de mecanismos que permitam a participação dos diferentes segmentos da comunidade educativa - como conselhos escolares, associações de encarregados de educação ou outras estruturas representativas.

A construção da democracia ou a gestão participativa na educação angolana e em particular na província do Moxico, mostram que, apesar de existirem normas que defendem a participação, a prática ainda não reflete plenamente estes princípios, permanecendo centralizada no gestor e sem real envolvimento da comunidade a isso chamariamos de gestão menos ou não democrática. Ainda se comprovou que em algumas escolas secundárias em Angola e em particular no Moxico nota-se que a gestão tende a ser burocrática e orientada por rotinas administrativa, sem incentivar a participação efetiva dos pais ou da comunidade na tomada de decisões sobre o funcionamento da escola. Essas práticas impedem algumas que iniciativas participativas cresçam e sejam integradas no processo educativo.

Muitos gestores escolares nas escolas secundárias no Moxico-Angola assumem uma postura mais centralizadora, sem distribuir poder ou envolver ativamente outros atores na gestão, o que reduz a eficácia dos projetos educativos e a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

Contudo, soluções existem e dependem de ações conjuntas entre escolas, autoridades tradicionais, governo, famílias e organizações da sociedade civil. Fortalecer a participação familiar é fundamental para garantir uma educação de qualidade, reduzir o abandono escolar, promover a igualdade de género e construir um futuro mais inclusivo e promissor para os jovens da província do Moxico

A análise da gestão escolar participativa na província do Moxico evidencia que este modelo constitui um caminho promissor para melhorar a qualidade da educação, fortalecer a inclusão social e consolidar a responsabilização entre escola, família e comunidade. O enquadramento legal angolano, especialmente a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 16/17 e 32/20), Regime Jurídico do Ensino Primário e Secundário (Decreto Presidencial n.º 162/23), Decreto Executivo nº 118/24 de 29 de Maio, oferece condições para a institucionalização de práticas democráticas ao nível das escolas em Angola.

No Moxico, apesar de persistirem desafios relacionados com a dispersão geográfica, limitações de recursos e insuficiente cultura de participação, já existem iniciativas que demonstram avanços, como os projetos apoiados por organizações parceiras e a valorização crescente dos conselhos de escola. Estes exemplos confirmam que, quando pais, encarregados, estudantes e professores são envolvidos de forma sistemática, aumentam a motivação, a assiduidade e a permanência dos alunos no sistema educativo.

Conclui-se, portanto, que a gestão participativa deve ser consolidada como estratégia prioritária de desenvolvimento educacional no Moxico-Angola, mediante:

- I. Fortalecimento e funcionamento regular dos conselhos de escola;
- II. Adoção de projetos educativos construídos de forma coletiva;
- III. Uso sistemático de dados para decisões transparentes;
- IV. Capacitação contínua de gestores e comunidades escolares.

Assim, a escola secundária pública no Moxico-Angola poderá tornar-se um espaço de diálogo, efetivando o sentido real da gestão participativa com maior responsabilidade e inovação, contribuindo para uma educação de maior qualidade, equidade e relevância para as realidades locais.

Para mudar essa realidade surge a necessidade de se conscientizar as ações administrativas no redefinir das normas apesar de que o poder executivo em Angola é centralizado e os auxiliar do executivo não possui o poder decisório mas que aja uma boa gestão participativa os membros de direção seriam eleitos da escola visto que a lei angolana os órgãos de administração do estado são nomeados por conveniência e não eleitos por seus pares, isto dificulta em trazer para junto dessa administração a participação de todos que fazem parte da instituição, vendo-a como sendo social e política, resignificando assim as concepções historicamente construídas de que a gestão escolar é apenas uma responsabilidade do diretor da escola.

Para uma eficácia tem que se ter a consciência que será através da descentralização das ações no ambiente escolar assim se terá cada vez mais a voz na garantia do poder de autonomia e decisão das melhores ações para o bem comum. Bem comum esse que estará voltado para a construção de uma educação de qualidade que visa à atuação do cidadão como ser de uma sociedade globalizada. A gestão escolar participativa precisa ser entendida como uma gestão

exercida a várias mãos por se tratar de um espaço humanizado e social, necessitando da parceria, ação e participação de todos. Gestão participativa nas escolas em um mundo onde as mudanças estão acontecendo de uma forma muito rápida, é de grande importância que as escolas estejam preparadas para a realização de seus processos escolares e como serão realizados. A fim de melhorar a relação com professores, os próprios alunos e a sociedade em geral, a educação participativa é uma abordagem importante para as escolas. Há pessoas trabalhando na escola, especialmente em postos de direção, que se dizem democratas apenas porque são “liberais” com alunos, professores, funcionários ou pais, porque lhes “dão abertura” ou “permitem” que tomem parte desta ou daquela decisão. Mas o que esse discurso parece não conseguir encobrir totalmente é que, se a participação depende de alguém que dá abertura ou permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada participativa, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir “ditador democrático” (Paro, 2001, p. 18-19) Luck (2009) enfatiza que, uma escola participativa é aquela em que os seus participantes estão coletivamente organizados e comprometidos com a promoção de educação de qualidade para todos.

Segundo o mesmo o autor, como a gestão participativa pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais, o trabalho dos diretores escolares se assenta sobre sua competência de liderança, que se expressa em sua capacidade de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais, outros) para a efetivação desses objetivos e o seu envolvimento na realização das ações educacionais necessárias para sua realização.

Quando dizemos que a gestão escolar participativa é fraca em determinadas escolas secundárias ou contextos do Moxico-Angola, estamos muitas vezes nos referindo a uma gestão centralizada, autoritária e pouco democrática, na qual os mecanismos de participação de encarregados de educação, comunidade e outros segmentos não funcionam de forma efetiva. Esse quadro aponta para a necessidade de fortalecer espaços de diálogo, transparência e corresponsabilidade no processo educativo, ampliando a voz de todos os atores envolvidos.

A construção de um sistema educacional eficaz exige políticas públicas consistentes, maior investimento, valorização dos professores, modernização

tecnológica e participação ativa da sociedade civil. O futuro da educação angolana depende da capacidade de implementar reformas estruturais que garantam um sistema inclusivo, eficiente e capaz de responder às necessidades do século XXI.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F.; GOMES, B. **Políticas educativas em Angola**: desafios e perspetiva. Luanda: Editora Mayamba, 2018.
- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.
- ANGOLA. **Lei n.º 17/16, de 7 de outubro**. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, Luanda, 2016.
- ANGOLA. **Decreto Executivo n.º 118/24, de 29 de maio**. [Aprova o Regulamento do Regime Jurídico do Ensino Primário e Secundário]. Diário da República, Luanda, 29 maio 2024.
- ANGOLA. **Lei n.º 17/16, de 7 de outubro**: Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. [Luanda], 2016.
- ANGOLA. **Regime Jurídico do Ensino Primário e Secundário Geral**. Decreto Presidencial n.º 162/23. Diário da República, Luanda, 2023.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre educação e desenvolvimento humano em Angola**. Washington, DC: Banco Mundial, 2019.
- BRITO, Carlos. **Gestão escolar participativa**: na escola todos somos gestores. 4. ed. Lisboa: Texto Editora, 1994.
- CABAMBA, António Manuel. **A participação dos pais e encarregados de educação na gestão escolar e seus impactos no ensino secundário em Angola**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Instituto Superior de Ciências da Educação, Malanje, Angola, 2019.
- CANEPA, Maria do Carmo de Jesus. **Gestão democrática e participação da comunidade educativa nas escolas públicas angolanas**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2020.
- COSTA, M. G.; ENOQUE, F. Z.; GRAÇA, H. C. **A gestão escolar democrática e participativa**: um olhar para as habilidades. [S.l.: s.n.], 2022.
- DIOGO, José. **Parceria escola-família**: a caminhada de uma educação participada. Porto: Porto Editora, 1998.
- GARCIA, Denilson Aparecido; BONING, Julmara Galvani Garcia. A educação de jovens e adultos (EJA) em tempos de mudança: desafios e o papel do gestor escolar. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana (org.). **Educação 4.0**: gestão, inclusão e tecnologia na construção de currículos inovadores. São Paulo: Arché, 2024. p. 152–169. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-098-9-8>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- GOMES, Olívia Sossai. **A gestão participativa no ambiente escolar**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Escolar) – Instituto

Federal do Espírito Santo, Montanha, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/4303>. Acesso em: 27 dez. 2024.

GONÇALVES, Luciana Marinho Soares et al. Metodologias ativas e tecnologias educacionais. *In*: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (org.). **Aprendizagem híbrida e metodologias ativas**: como a tecnologia facilita o engajamento estudantil. São Paulo: Arché, 2024. p. 49–58. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-090-3-4>. Acesso em: 16 dez. 2024.

JOSÉ, J. F. **Um estudo sobre políticas e gestão escolar no ensino primário em Luanda–Angola**. [S.l.: s.n.], 2024.

KILUANGE, F. **Sistema educativo angolano**: processos de desconstrução, construção e reconstrução dos seus fins e estrutura. [S.l.: s.n.], 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Licínio Carlos; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação: fundamentos, práticas e desafios**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LÜCK, Heloísa. **Gestão escolar e formação de gestores**. [S.l.: s.n.], 2002.

LUCK, Heloísa; SEQUEIRA, Katia; GIRLING, Rober. **O trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA (MED). **Relatório anual de estatísticas da educação**. Luanda, 2015.

NANGA, J. C. **A construção do projeto educativo na gestão escolar em Angola**. [S.l.: s.n.], 2021.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

PAXE, Isaac Pedro Vieira. **Políticas educacionais em Angola**: desafio do direito à educação. [S.l.: s.n.], 2014.

SENNET, Ricardo. **Respeito**: a formação do caráter num mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TCHISSENDE, Joaquim Manuel; VENTURA, Alexandre Manuel. Gestão escolar e democratização do ensino em Angola: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 55–72, 2018.

UNESCO. **Education in Angola**: Situation Analysis and Perspectives. Paris: UNESCO Publishing, 2022.

UNICEF ANGOLA. **Educação para todos**: progresso e desafios. Luanda, 2021.

VENTURA, José Fernando Boas; GONÇALVES, Amélia. **Reprojectar a escola**: projeto educativo e projetos curriculares na comunidade educativa. [S.l.: s.n.], 2014.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Roteiro para entrevista

Eu, sou **Francisco Pensamento Muassoongui**, estudante da Unesp, mestrando em Educação, estamos a trabalhar na pesquisa ou recolha de dados, sobre a gestão Participativa nas escolas Pública secundárias na Província do Moxico-Angola, na qual escolhemos essa escola onde o senhor : _____ é funcionário, achamos ideal para que nos cedesses algumas informações sobre gestão nessa escola, visto que a sua contribuição será muito útil para nós, podemos contar consigo ?

Pode ficar descansado que todas as informações que nos dares serão fidedigna e seguras em nenhum momento poderemos falar do seu nome, porque guardaremos esse respeito e sigilo, por outro pedimos que a informação seja gravada para melhor percepção e acompanhamento. Permita-nos para assim o fazermos?

Obrigado mais uma vez pedimos que te sinta seguro e nunca espalharemos a sua identidade.

Objetivos:

- i)- Compreender o papel dos pais e encarregado de educação na Gestão Escolar participativa nas escolas secundárias na província do Moxico;
- ii)- Identificar ações que ampliem o conhecimento sobre os benefícios da gestão participativa e que visam o crescimento da Instituição Escolar;

iii) -Conhecer o perfil e competências do Gestor Escolar que trabalha num formato de gestão participativa em sua equipe.

Perguntas da entrevista:

Gestores:

- 1- O Senhor está no ministério de educação a quanto tempo?
- 2- A quanto tempo que o senhor trabalha nessa escola?
- 3- O projeto político pedagógico faz sentido de existir na escola?
- 4- Poderias nos falares como tem sido a participação dos pais e encarregados de educação nas atividades escolares?
- 5- Pelo tempo de serviço que o senhor Diretor , Subdiretor está nessa instituição de ensino, como tem sido a receção de críticas e sugestões pelos pais e encarregados de educação? E a comunidades como tem se envolvido nas tarefas escolares?
- 6- Quais as dificuldades tens enfrentado sobre a participação da comunidade nas atividades da escola?
- 7- Como é feito o conselho de direção da escola?
- 8- Qual é a função da comunidade escolar na elaboração do projeto politico pedagógico?
- 9- Poderias nos explicar sobre a convivência profissional entre a direção da escola e as associações existentes aqui na vossa escola?

NB- Agradecemos pelas suas respostas, mas pedimos que caso precisarmos mais de alguma informação adicional a esta agradeceríamos, mais uma vez a sua disponibilidade para o efeito.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências**Roteiro para entrevista**

Eu, sou **Francisco Pensamento Muassoongui**, estudante da Unesp, mestrando em Educação, estamos a trabalhar na pesquisa ou recolha de dados, sobre a gestão Participativa nas escolas Pública secundárias na Provincia do Moxico-Angola, na qual escolhemos essa escola onde o senhor _____ é encarregado de educação, achamos ideal para que nos cedesses algumas informações sobre gestão nessa escola, visto que a sua contribuição será muito útil para nós, podemos contar consigo ?

Pode ficar descansado que todas as informações que nos dares serão fidedigna e seguras em nenhum momento poderemos falar do seu nome, porque guardaremos esse respeito e sigilo, por outro pedimos que a informação seja gravada para melhor percepção e acompanhamento. Permita-nos para assim o fazermos?

Obrigado mais uma vez pedimos que te sinta seguro e nunca espalharemos a sua identidade.

Objetivos:

- i)- Compreender o papel dos pais e encarregado de educação na Gestão Escolar participativa nas escolas secundárias na provincia do Moxico;
- ii)- Identificar ações que ampliem o conhecimento sobre os benefícios da gestão participativa e que visam o crescimento da Instituição Escolar;
- iii) -Conhecer o perfil e competências do Gestor Escolar que trabalha num formato de gestão participativa em sua equipe.

Perguntas da entrevista:**Pais e encarregados de educação:**

- 1- O senhor é encarregado a quanto tempo nessa instituição?
- 2- O que o senhor faz para o desenvolvimento da escola sabendo que o seu filho estuda nessa escola?
- 3- No seu entender o senhor participa ativamente nas tarefas programadas na escola do seu filho? E como tem sido a comunicação entre a Direção da escola com os pais?
- 4- Como é que os gestores da escola poderiam se comunicar com os encarregados?
- 5- A localização da escola facilita a sua presença e cumprimento sobre as convocações?
- 6- As vossas opiniões como encarregados e parceiros direito da escola são tido ou achados na direção da escola?
- 7- A comunicação entre escola pais e encarregados como tem sido?
- 8- O senhor sabe dos normativos que regulam o funcionamento da comissão e de pais e encarregados de educação assim como da escola?
- 9- No seu ponto de vista poderias nos dizer como tem sido a relação de pais encarregados de educação e a escola?
- 10- Qual sugestão daria na participação dos alunos nas atividades da escola?

há mais outro assunto para acrescentar?

NB- Agradecemos pelas suas respostas, mas pedimos que caso precisarmos mais de alguma informação adicional a esta agradeceríamos, mais uma vez a sua disponibilidade para o efeito.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências**Roteiro para entrevista**

Eu, sou **Francisco Pensamento Muassoongui**, estudante da Unesp, mestrando em Educação, estamos a trabalhar na pesquisa ou recolha de dados, sobre a gestão Participativa nas escolas Públicas secundárias na Província do Moxico-Angola, na qual escolhemos essa escola onde o senhor _____ é aluno, achamos ideal para que nos cedesses algumas informações sobre gestão nessa escola, visto que a sua contribuição será muito útil para nós, podemos contar consigo ?

Pode ficar descansado que todas as informações que nos dares serão fidedigna e seguras em nenhum momento poderemos falar do seu nome, porque guardaremos esse respeito e sigilo, por outro pedimos que a informação seja gravada para melhor percepção e acompanhamento. Permita-nos para assim o fazermos?

Obrigado mais uma vez pedimos que te sinta seguro e nunca espalharemos a sua identidade.

Objetivos:

- i)- Compreender o papel dos pais e encarregado de educação na Gestão Escolar participativa nas escolas secundárias na província do Moxico;
- ii)- Identificar ações que ampliem o conhecimento sobre os benefícios da gestão participativa e que visam o crescimento da Instituição Escolar;

iii) -Conhecer o perfil e competências do Gestor Escolar que trabalha num formato de gestão participativa em sua equipe.

Perguntas da entrevista:

Alunos:

- 1- A quantos anos que estudas nessa escola?
- 2- No seu entender tens participado ativamente nas tarefas programadas na escola do seu filho? E como tem sido a comunicação entre a Direção da escola com os pais?
- 3- Como é que os gestores da escola poderiam se comunicar com os alunos ?
- 4- Como tem sido a relação entre a direção, alunos?
- 5- As vossas opiniões como alunos e parceiros direito da escola são tido ou achados na direção da escola?
- 6- O senhor conheces o regulamento interno e o seu funcionamento na escola?
- 7- No seu ponto de vista poderias nos dizer como tem sido a relação de pais encarregados de educação e a escola?
- 8- O que fazem os alunos quando são convocados a participar nas atividades extras escolares?
- 9- Existe na escola associação dos estudantes?
- 10- Qual é a missão dos representantes dos estudantes?
- 11- Qual sugestão daria na participação dos alunos nas atividades da escola?

Há mais outro assunto para acrescentar?

NB- Agradecemos pelas suas respostas, mas pedimos que caso precisarmos mais de alguma informação adicional a esta agradeceríamos, mais uma vez a sua disponibilidade para o efeito.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências**Roteiro para entrevista**

Eu, sou **Francisco Pensamento Muassoongui**, estudante da Unesp, mestrando em Educação, estamos a trabalhar na pesquisa ou recolha de dados, sobre a gestão Participativa nas escolas Pública secundárias na Província do Moxico-Angola, na qual escolhemos essa escola onde o senhor _____ é funcionário, achamos ideal para que nos cedesses algumas informações sobre gestão nessa escola, visto que a sua contribuição será muito útil para nós, podemos contar consigo ?

Pode ficar descansado que todas as informações que nos dares serão fidedigna e seguras em nenhum momento poderemos falar do seu nome, porque guardaremos esse respeito e sigilo, por outro pedimos que a informação seja gravada para melhor percepção e acompanhamento. Permita-nos para assim o fazermos?

Obrigado mais uma vez pedimos que te sinta seguro e nunca espalharemos a sua identidade.

Objetivos:

- i)- Compreender o papel dos pais e encarregado de educação na Gestão Escolar participativa nas escolas secundárias na província do Moxico;
- ii)- Identificar ações que ampliem o conhecimento sobre os benefícios da gestão participativa e que visam o crescimento da Instituição Escolar;
- iii) -Conhecer o perfil e competências do Gestor Escolar que trabalha num formato de gestão participativa em sua equipe.

Perguntas da entrevista:**Professores**

- 1- A quanto tempo o senhor é professor e qual é o seu grau acadêmico?
- 2- E como tem sido a relação entre a direção da escola com os professores?
- 3- Como é que os gestores da escola poderiam se comunicar com os alunos ?
- 4- Como tem sido a relação entre a direção, alunos?
- 5- As vossas opiniões professores da escola são tido ou achados na direção da escola?
- 6- O senhor conhece o regulamento interno e o seu funcionamento na escola?
- 7- No seu ponto de vista poderias nos dizer como tem sido a relação de pais encarregados de educação e a escola?
- 8- Os professores tem participado no conselho pedagógico?
- 9- Como tem sido a elaboração do projeto político pedagógico?
- 10- Como é que os professores contribuem nas atividades extras escolares?
- 11- Qual sugestão daria na participação dos alunos nas atividades da escola?

Há mais outro assunto para acrescentar?

NB- Agradecemos pelas suas respostas, mas pedimos que caso precisarmos mais de alguma informação adicional a esta agradeceríamos, mais uma vez a sua disponibilidade para o efeito.